



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Licenciatura em serviço social

Análise da Relação entre o Trabalho Infantil e Abandono Escolar: Caso das crianças que vendem no Mercado Xiquelene, cidade de Maputo

Luís Francisco Nhumaió

Orientadores:

Prof. Doutor Constâncio Machanguana

Mestre Catarina Cuambe

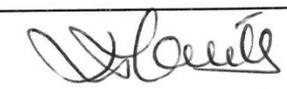
Maputo, Setembro, 2022

Luís Francisco Nhumaio

Análise da Relação entre o Trabalho Infantil e Abandono Escolar: Caso das crianças
que vendem no Mercado Xiquelene, cidade de Maputo

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos
requisitos exigidos para obtenção do grau de licenciatura
em Serviço Social na Universidade Eduardo Mondlane.

Mesa de Júri

| Orientadores | Presidente | Oponente |
|-------------------------------|--|---|
| Constantino Augusto Machupuma |  |  |
| | Emília Motana | Alexandre Jolote |

Maputo, Setembro de 2022

Declaração de Honra

Eu, Luís Francisco Nhumaio, declaro por minha honra, que o presente trabalho de pesquisa para obtenção do grau de licenciatura em Serviço Social, com o tema “Análise da Relação entre o Trabalho Infantil e Abandono Escolar: Caso das crianças que vendem no Mercado Xiquelene, cidade de Maputo”, é fruto da minha pesquisa e não foi em momento algum publicado por alguém ou por uma outra instituição, estando indicada no texto a bibliografia da informação que utilizei para a sua elaboração.

Maputo, Setembro de 2022

(Luís Francisco Nhumaio)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus por ter me guiado nesta missão, e por ter colocado em meu caminho pessoas super especiais que com esforço imensurável, lutaram para que eu chegasse até aqui.

Agradeço à minha família em especial aos meus Pais Francisco José Nhumaio e Ricardina Vasco Mussane, aos meus irmãos, aos amigos, muito obrigado pelo apoio, desde moral, financeiro, material, etc.

Enorme agradecimento aos meus supervisores Prof. Doutor Constâncio Machanguana e Mestre Catarina Cuambe pela paciência que tiveram na orientação deste trabalho, por terem dispensado o seu precioso tempo e conhecimento para me ensinar e encaminhar na minha carreira académica. Também agradecer a todo o corpo docente da UEM, em especial os do curso de Serviço Social, o meu muito obrigado.

Agradeço ao grande amigo e irmão Eduardo Massingue que desde início me apoiou com ideias, comentários, disponibilidade do seu tempo para me ajudar a qualquer que seja dúvida, bem-haja irmão, muito obrigado.

De forma especial, agradeço às crianças e aos seus respectivos encarregados que deram seu contributo para a materialização do presente estudo, dando opiniões e comentários que sem eles esta monografia não teria sido possível realizar.

Os meus agradecimentos vão igualmente aos meus colegas e amigos de turma, especialmente ao Alcides Munguambe e Joaquim Simbine, enfim, a todos os que directa ou indirectamente me apoiaram nesta caminhada.

A todos pelo esforço abnegado, o meu muito e sincero obrigado.

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia aos meus pais, Francisco José Nhumaio e Ricardina Vasco Mussane, pelos sábios ensinamentos e pelo apoio incondicional.

Lista de Siglas e Acrónimos

INE- Instituto Nacional de Estatística;

OIT- Organização Internacional Do Trabalho;

ONU- Organização Das Nações Unidas;

ONU- Organização Das Nações Unidas;

PANPFTI-Plano de Acção Nacional para o Combate às Piores Formas do Trabalho Infantil;

PFTI- Piores formas de trabalho infantil;

PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios;

PES- Plano Económico Social;

PARP- Plano de Acção para Redução da Pobreza;

ROSC- Fórum da Sociedade Civil para os Direitos da Criança;

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância;

Glossário

Boss- Refere-se a um chefe, cliente, patrão.

Guevar – Refere-se ao Acto de Comprar/ Adquirir Bens ou Produtos em Quantidades Maiores para Revender.

Resumo

O presente trabalho procura analisar a relação entre o trabalho infantil e o abandono escolar das crianças que se dedicam à venda informal no Mercado de Xiquelene na cidade de Maputo. Em termos metodológicos, o presente trabalho foi realizada com base num estudo qualitativo, e usou-se como recurso a técnica de entrevista semi-estruturada na recolha de dados. A amostra foi constituída por quinze (15) crianças, dez (10) do sexo masculino e cinco (5) do sexo feminino, foram igualmente entrevistados os respectivos encarregados de educação. O estudo baseou-se na teoria de capitalista de Karl Marx, através qual procuramos saber a origem da questão social que norteia o presente estudo. Constatou-se que também há crianças que escolhem o trabalho, em detrimento dos estudos, estas porque nasceram em ambientes onde os seus encarregados, irmãos, familiares no geral não estiveram inseridos num sistema educacional, e estas conceberam e reproduzam assim a mentalidade de que a formação académica não é importante. Outrossim, constatamos que há um outro grupo de crianças que devido a carência económica da família, pratica o trabalho aliado com os estudos derivado do desejo de receber ganhos económicos para ajudar nas despesas de casa. Assim, concluímos que as condições socioeconómicas dos familiares que integram as crianças que vendem no mercado Xiquelene, é que determinam a inserção das crianças nas actividades económicas, consequentemente a ida das mesmas à escola é posta em segundo plano.

Palavras-chave: crianças, trabalho infantil e abandono escolar.

Abstract

The present work analyzes the relationship between child labor and school dropout of children engaged in informal sales at the Xiquelene Market in the city of Maputo. In methodological terms, the present work was carried out based on a qualitative study, and the semi-structured interview technique was used as a resource for data collection. The sample was fixed by fifteen (15) children, ten (10) male and five (5) female, who were also attended by their guardians. The study was based on Karl Marx's theory of capitalism, through which we seek to know the origin of the social question that guides the present study. It was found that there are also children who choose work, to the detriment of studies, because they were born in environments where their caretakers, siblings, family members in general did not pass through an educational system, and they thus trained and reproduced the motherhood that the academic background is not important. Furthermore, we found that there is another group of children who, due to the family's economic need, practice work combined with studies derived from the desire to receive economic gains to help with household expenses. Thus, we conclude that the socioeconomic conditions of the family members who integrate the children who sell in the Xiquelene market, is what determines the insertion of children in economic activities, consequently their going to school is put in the background.

Keywords: children, child labor and school dropout

Índice

| | |
|---|-------------------------------------|
| Introdução..... | 1 |
| Capítulo I – Revisão da Literatura e Colocação do Problema..... | 3 |
| 1.1. Pergunta de partida..... | 5 |
| 1.1.2. Justificativa..... | 6 |
| 1.2.Objectivos..... | 7 |
| 1.3. Perguntas de pesquisa..... | 7 |
| Capítulo II – Enquadramento teórico e conceptual | 8 |
| Enquadramento teórico e conceptual..... | 8 |
| 2.1. Enquadramento teórico..... | 8 |
| 2.2. Enquadramento conceptual | 12 |
| 2.2.1. Trabalho infantil..... | 12 |
| 2.2.2 Abandono escolar | 14 |
| 2.3. Trabalho infantil versus Abandono escolar | 17 |
| Capítulo III – Apresentação do plano de intervenção | 20 |
| Plano de Intervenção | 20 |
| 3.1. Políticas nacionais da luta contra o trabalho infantil..... | 20 |
| Capítulo IV – Metodologia..... | 23 |
| Metodologia | 23 |
| 4.1. Natureza e tipo de pesquisa..... | 23 |
| 4.2. Método de pesquisa..... | 23 |
| 4.3. Técnicas e instrumentos de recolha de dados..... | 24 |
| 4.4. População e amostra..... | 25 |
| 4.5. Procedimento de análise e interpretação dos resultados de campo e as questões éticas | 25 |
| 4.6. Aspectos éticos do processo de colecta de dados e da pesquisa..... | 26 |
| Capitulo V- Apresentação dos resultados do trabalho de campo | 26 |
| Apresentação, análise e interpretação dos resultados da pesquisa | 26 |
| 5.1. Perfil sociodemográfico dos entrevistados..... | 27 |
| 5.2. Tipos de actividades desenvolvidas pelas crianças | 27 |
| 5.3. Consequências de trabalho infantil..... | 38 |
| 5.3. Consequências do abandono escolar | 39 |
| 6. Resultados do Plano de Intervenção..... | 41 |
| Conclusão | 44 |
| Referências Bibliográficas. | 46 |
| Apêndices | Error! Bookmark not defined. |

Introdução

A presente monografia tem como título “*Análise da Relação entre o Trabalho Infantil e Abandono Escolar: Caso das crianças que vendem no Mercado Xiquelene, cidade de Maputo*”. Neste estudo trabalhamos com crianças de ambos os sexos que desempenhavam actividades económicas no Mercado de Xiquelene, na cidade de Maputo e seus respectivos encarregados de educação. Este estudo tinha como objectivo geral analisar a relação entre o trabalho infantil e o abandono escolar das crianças que realizam actividade comercial no mercado de xiquelene, para o alcance desse objectivo, realizamos uma revisão bibliográfica que compreendeu a leitura preliminar do material bibliográfico sobre o tema em questão, acompanhada por um trabalho de campo. Outrossim, para análise e reflexão do objecto de estudo, fundamentámo-nos na teoria capitalista desenvolvida por Karl Marx..

O trabalho infantil é uma actividade que vem sendo praticada desde os séculos passados em vários países do mundo, e, pode ser responsável por alguns problemas da dimensão psicossocial durante o desenvolvimento das crianças, nele, envolvidas, daí que tem sido alvo de vários estudos na comunidade científica. Purkayastha (1998), sustenta que, até os finais do século passado, por todo o mundo, cerca de 250 milhões de crianças eram usadas como força de trabalho e grande parte delas viviam em países menos desenvolvidos.

O Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância, UNICEF (2020), afirma que, cerca de 160 milhões de crianças estão envolvidas em trabalho infantil, destas, 79 milhões estão a executar trabalhos perigosos, desde o garimpo, a venda informal nas avenidas das grandes cidades, etc. E por conseguinte, a região da África subsariana é a que apresenta cifras de elevado número de crianças envolvidos no trabalho infantil, situando-se na ordem de 23,9% que correspondem 86,6 milhões de crianças. Em paralelo a isso, um estudo feito pela UNICEF (2021) apresentado em Paris defende que, cerca de 800 milhões de crianças abandonaram a escola por vários motivos e, dentre estes o destaque vai para o trabalho infantil e a COVID- 19.

Neste âmbito, o Mercado Xiquelene tem sido um local onde algumas crianças provenientes dos bairros arredores da cidade de Maputo, comercializam produtos como ovos, arrufadas, pães, água entre outros, a mando dos seus patrões, pais e ou encarregados de educação. Todavia, as mesmas crianças, no lugar de estarem inseridas no mercado de trabalho, deviam

estar a exercer actividades que são do seu direito, ou que correspondam à sua idade. Neste sentido, importa a este estudo, diante desta realidade social, analisar a relação entre o trabalho infantil e o abandono escolar das crianças que se dedicam à venda informal no mercado de Xiquelene na cidade de Maputo?

Em termos de organização, o trabalho encontra-se dividido por cinco capítulos e subcapítulos. Neste sentido, encontramos no primeiro capítulo, uma breve revisão da literatura onde tinha-se por objectivo descrever algumas teorias sobre a temática em alusão e a partir daí construir o problema de pesquisa. No segundo capítulo, o trabalho é composto pelo enquadramento teórico e conceptual, que tínhamos como finalidade buscar a teoria de base e os conceitos chave do nosso estudo. Em seguida, o capítulo da apresentação do plano de intervenção, onde propusemos acções que visam mitigar a questão social (trabalho infantil e o abandono escolar) que afecta as crianças e ou a sociedade no geral. No quarto capítulo descreveu-se os passos científicos que foram seguidos para a colecta dos dados no campo de estudo, e por fim, o quinto e último capítulo, fez-se a apresentação, análise e interpretação dos resultados do campo.

Capítulo I – Revisão da Literatura e Colocação do Problema

Neste capítulo apresentamos os diferentes estudos que abordam sobre o trabalho infantil. Assim sendo, faremos uma discussão de ideias de diferentes autores, apresentar-se-á a pergunta de partida que orientou o presente estudo, justificativa da pesquisa, os objectivos e as perguntas de pesquisa.

Para Veronese (2016), quando o assunto é o trabalho infantil, é importante notar que duas realidades podem ser descritas: a referente às crianças cuja família possuía bens e estatuto social, e a que diz respeito à maior parte da população, que não possuía posses ou eram escravos. Portanto, nem toda actividade realizada pela criança constitui trabalho infantil. Rosc (2015), refere que o trabalho infantil é aceitável quando a criança executa suas actividades fora do ambiente de trabalho exploratório ou de escravidão, sem prejuízos de escolaridade e de outros direitos a ela inerentes.

Neste sentido, Almeida (2016) citando Olívia (2006), defende que, o trabalho infantil não existia no período de pré-história, pois naquele momento havia divisão de tarefas para a subsistência da comunidade e todos contribuía para a sobrevivência do grupo. Afirma ainda que, não se sabe ao certo qual era o papel das crianças nesta época, mas ao que tudo indica, era de auxiliar as mulheres em pequenos trabalhos e poucos arriscados, como colher frutos.

De acordo com Vianna (2005) citado por Machado (2016), o trabalho infantil vem sendo executado desde o Egipto antigo, onde todos os cidadãos eram obrigados a trabalhar, sem distinção. Crianças e adolescentes eram submetidos às regras, assim como as demais pessoas, que apresentassem condições físicas para exercer alguma actividade. E, na Grécia e em Roma, os escravos pertenciam aos senhores e eram obrigados a trabalhar em condições desumanas. Tanto os adultos como os seus filhos ficavam ao arbítrio dos proprietários, que não poupavam as crianças das actividades laborais.

Contudo, Cunha (2016), descreve que, a condição decisiva que fez com que crianças e adolescentes ingressassem tão precocemente no mercado de trabalho, foi o procedimento de industrialização, que ocorreu na Europa, a partir do século XVIII, visto que a Revolução Industrial alterou os meios de produção até então conhecidos pela sociedade, de modo que a remuneração baixíssima paga aos trabalhadores fez com que fosse inserida toda a família na relação de emprego.

Portanto, verifica-se que, o surgimento da Revolução Industrial, a partir do século XVIII, propiciou a exploração da mão-de-obra infanto-juvenil tendo em consideração a mão-de-obra barata. Sobre este facto, descreve Oliva (2006) citado por Machado (2016) que:

A generalização do motor a vapor (e depois eléctrico) resultou no acentuado incremento da produção industrial. Isto obrigou os industriais a buscarem a redução do preço dos produtos, para torná-los atractivos num mercado cada vez mais competitivo. Obter somente o limite mínimo do custo da matéria-prima não se lhes afigurava suficiente, razão por que procuravam baratear a produção. Uma das formas encontradas, dentre tantas outras – como o aviltamento dos salários e o aumento excessivo das horas de serviço – que penalizaram o trabalhador, foi o emprego de mulheres e crianças, pagas como ‘meia força’ (Oliva, 2006, p. 40)

Na era moderna, percebe-se que, todos os autores são unânimes ao afirmarem que, a exploração das crianças e adolescentes começou com o surgimento da Revolução Industrial, na Europa Ocidental. Assim como os outros autores, Galvão (2016), defende que, a exploração da força de trabalho infantil começou na Revolução Industrial com a implantação do regime capitalista. Portanto, se há quem diga que foi imprescindível à época, é perceptível que continua a ser utilizada ainda da mesma forma perversa, pois como propõe Martins (1997) citado por Galvão (2016), “em momento algum, deve-se incluir, às avessas, uma criança ou adolescente no mercado de trabalho, pelo viés capitalista de usurpação desse trabalho”.

Todavia, para Nogueira (1993) citado por Galvão (2016), a aceitação do trabalho infantil por Marx, à época, manifestava-se dessa forma por compreender que a indústria capitalista não dispensaria jamais esse tipo de mão-de-obra, pela própria contradição da sociedade burguesa entre capital e trabalho. Segundo seu entendimento, interditar o trabalho à criança seria uma forma reaccionária, pois o facto de combinar, desde tenra idade, o trabalho produtivo com a instrução constitui-se num dos mais poderosos meios de transformação da sociedade actual.

No entanto, é válido salientar que em momento algum Marx tinha como objectivo colocar em causa os direitos das crianças e adolescentes em sua teoria. Para Marx não é a forma como as sociedades se relacionam com as crianças que lhe interessava analisar, mas, sim, a forma como a sociedade capitalista explorava a força de trabalho do proletariado, mesmo que este fosse apenas uma criança ainda. O que se pode observar na seguinte abordagem é que:

Marx acreditava que o direito das crianças e dos jovens tem que ser feito valer, uma vez que esses indivíduos não são capazes de agir por si próprios, devendo a sociedade agir em nome deles, direito esse que, ainda de acordo com o autor, deveria proibir o emprego nocturno e os ofícios nocivos à saúde das crianças e dos jovens. É necessário dizer que todas essas sugestões foram aprovadas pela Associação Internacional dos Trabalhadores da época (Lima e Cunha, 2013, p. 88).

Na actualidade, a exploração infantil no trabalho não se desenvolve da mesma forma como acontecia no período em que Marx e Engels escreveram. Mesmo assim, não é possível afirmar a ausência de similaridade entre a exploração de crianças do século XIX e a de hoje. Naquela época, assim como ocorre na agro-indústria actual, as crianças não produziam apenas para a satisfação das necessidades familiares, mas para outrem. Além disso, a exploração infantil também ocorria em trabalhos domiciliários, incitando discussões sobre a necessidade da declaração universal de direitos (Conde, 2007).

Nos dias actuais, as crianças trabalham em casa e não têm remuneração específica. A jornada de trabalho é menor que a do passado, o lucro é a relativa. Essa é a forma contemporânea de as crianças contribuírem para a produção de capital. O trabalho pode até ser improdutivo, mas contribui indirectamente na produção do lucro, compondo parte essencial do trabalho colectivo social abstracto e das estratégias familiares de sobrevivência (Conde, 2007).

A África Subsariana, conforme fora descrito nos parágrafos anteriores, pelo UNICEF (2020), apresenta altos índices de trabalho infantil. Neste sentido, em Moçambique existem vários pontos dos quais se verifica a prática deste fenómeno, tendo como particularidade locais com maior fluxo de pessoas, como é o caso de mercados, terminais rodoviários e paragens de autocarros. Para o trabalho em alusão, o destaque vai para o mercado de Xiquelene, localizado na cidade de Maputo, ao longo da avenida Julius Nyerere.

1.1. Pergunta de partida

Qual é a relação entre o trabalho infantil e o abandono escolar das crianças que se dedicam à venda informal no mercado de Xiquelene na cidade de Maputo?

1.1.2. Justificativa

A escolha do tema, ao nível pessoal, deve-se ao facto do pesquisador gostar de crianças. Por outro lado, prende-se ao facto do trabalho infantil trazer consigo consequências nefastas a essa camada social, sendo que uma delas é o abandono escolar. Portanto, a realidade das crianças que se encontram nesta situação merece uma enorme preocupação, porque na disputa pelo emprego, elas estarão em condições desvantajosas devido ao seu nível académico, físico, psicológico que, naturalmente, não é apreciável para o exercício profissional.

Na perspectiva social, o tema mostra-se bastante pertinente pois, nos últimos anos tem-se verificado um aumento de casos de crianças que são integradas no mercado de trabalho, violando-se desta forma os seus direitos. Neste sentido, torna-se prioritária a erradicação desta prática devido ao impacto negativo que poderá surtir ao longo do desenvolvimento psicossocial desses indivíduos.

Os problemas económicos que se têm feito sentir no mundo, e em África particularmente, obrigam algumas famílias a optarem por integrar os seus educandos nos trabalhos que perigam as suas vidas e colocam os seus direitos em causa. O exemplo recente é do surto de COVID-19 que obrigou o encerramento de muitas organizações e como consequência muitos trabalhadores ficaram sem seus empregos. Nota-se, entretanto, que a participação de crianças ou adolescentes em trabalhos que não prejudicam a sua saúde e o seu desenvolvimento pessoal nem comprometem a sua educação, é, geralmente, considerada uma experiência positiva.

Para o sentido científico, a presente pesquisa poderá fornecer dados úteis para a elaboração de políticas de erradicação desta problemática. Portanto, os cientistas sociais podem-se subsidiar deste trabalho para realizar actividades como a promoção de programas que visam consciencializar e educar a sociedade sobre o perigo que há no bem-estar e desenvolvimento social da criança, por causa do abandono escolar provocado pela sua inserção precoce no mercado de trabalho. Ademais, os Assistentes Sociais também podem apoiar-se com os resultados colhidos deste trabalho, para poderem compreender, efectivamente, a origem de certas questões sociais, possivelmente, geradas por esta situação, e caso sejam chamados para intervir, prestarem ajuda de forma satisfatória.

1.2.Objectivos

Geral: Analisar a relação existente entre o trabalho infantil e o abandono escolar das crianças que vendem no mercado Xiquelene na cidade de Maputo.

Específicos: Identificar os factores que influenciam no abandono escolar das crianças que vendem no mercado Xiquelene

- Descrever o perfil socioeconómico das famílias que integram as crianças que vendem no mercado Xiquelene;
- Descrever o tipo de produtos que as crianças que vendem no mercado Xiquelene comercializam;
- Explicar a influência do trabalho realizado pelas crianças que vendem no mercado Xiquelene e o seu desempenho académico.

1.3. Perguntas de pesquisa

- Quais são os factores que influenciam no abandono escolar das crianças que vendem no mercado Xiquelene?
- Qual é o perfil socioeconómico das famílias que integram as crianças que vendem no mercado Xiquelene?
- Que tipos de produtos as crianças que trabalham no mercado Xiquelene comercializam?
- Qual é a influência do trabalho realizado pelas crianças que vendem no mercado Xiquelene no seu desempenho académico?

Capítulo II – Enquadramento teórico e conceptual

Enquadramento teórico e conceptual

O trabalho em alusão visa analisar a relação entre o trabalho infantil e o abandono escolar das crianças que vendem no mercado Xiquelene, sendo assim, torna-se imperioso consultar algumas obras literárias a respeito do tema em questão. Lembrar que, a busca de conhecimento em várias obras literárias facilitou na compreensão do tema em outras vertentes sociopolíticas.

Entretanto, além de promover a compreensão da temática, a revisão literária é de extrema importância na contextualização e problematização do estudo. Serve, desta forma, como uma componente de pesquisa que traz bases conceptuais e teóricas para a validação da investigação. Por último, este capítulo, torna-se, também, primordial na elaboração do presente trabalho de pesquisa, porque serve como base no processo de análise e confrontação de dados colhidos no campo.

2.1. Enquadramento teórico

A escolha da teoria para fundamentar a ideia central deste estudo baseou-se na abordagem temática da investigação em curso, que se debruça acerca da dimensão socioeconómica no impacto académico das crianças que vendem no mercado Xiquelene, localizado na cidade de Maputo. Neste âmbito, tomou-se como base de análise, a teoria capitalista desenvolvida por Karl Marx.

Para Nogueira (1990) citado por Lombardi (2010), Marx acreditava que o uso da força de trabalho infantil tinha um carácter definitivo ou que expressava uma tendência irreversível, baseado no pressuposto de que a indústria capitalista, não mais poderia prescindir dessa categoria de trabalhadores. Obviamente que, o prognóstico de Marx não se pode testemunhar ao nível das indústrias de hoje, devido à intervenção de organizações internacionais que defendem os direitos das crianças, mas esses indivíduos ainda são concebidos como a mão-de-obra barata no mercado de trabalho, principalmente, o informal, em quase todos países do mundo, em particular onde os índices de pobreza são altos.

Da Luz (2008), articulando a teoria de Marx, diz que, a forma actual como a sociedade está organizada, para satisfazer as suas necessidades materiais, possui repercussões muito negativas, tanto para uma grande parcela dos seres humanos, quanto para a própria natureza. Veja-se que, o que é referenciado por este autor acerca das consequências negativas do

sistema capitalista poderá observar-se no desenvolvimento psicossocial da população que faz parte desta investigação. Apesar de alguns autores defenderem que, o desenvolvimento de actividades económicas por parte de crianças serve como experiências positivas e que podem ser úteis futuramente, a integração precoce no mercado de trabalho directa ou indirectamente acarreta danos psicossociais para as vítimas.

Da Luz (2008), salienta que:

O sistema capitalista, mundialmente dominante, no que diz respeito à produção de bens e riquezas, tem como meta o constante aumento e acumulação dessa produção, pouco se preocupando com o desenvolvimento de ser humano enquanto tal (Da Luz, 2008, p.9)

Dai que, Barbosa (2013), refere que, o trabalho teria uma conotação positiva, no entanto quando o processo de trabalho dá-se como fim a relação de exploração do capitalista, na qual o trabalhador aliena o produto e a sua força de trabalho, este torna-se negativo.

Continuando, na mesma senda de Barbosa, Da Luz (2008), afirma que essa despreocupação pela humanização se justifica, à medida que o ser humano interessa, tão-somente, como instrumento que possa colaborar para a consecução das finalidades do sistema capitalista. Portanto, o ser humano interessa ao sistema capitalista somente enquanto força de trabalho e não como um ser que sente, que sofre, que tem necessidades, direitos, e que quer desenvolver plenamente as suas potencialidades.

Acima de tudo, Donario & Dos Santos (2016) vêm esclarecer que segundo Marx, todo o valor advém do trabalho, pelo que os trabalhadores produzem a riqueza, bem como, o capital que então os domina e explora. Com efeito, segundo Marx, o capital, em essência, não só comanda o trabalho pago, mas também comanda o resultado do trabalho não pago, traduzido na mais-valia, que se transforma em lucro através da sua realização, consubstanciada na venda. Sem a venda das mercadorias não existe o lucro, o qual é o objectivo dos capitalistas, daí a importância dos mercados.

Kosik (1995), observa que, a forma elementar da riqueza na sociedade capitalista é a mercadoria, que, analisada em seus elementos e em seu movimento real, revela seu papel na criação e na reprodução do capital. O objectivo dessa análise marxista consiste em expressar que as leis do movimento do capital promovem as relações sociais dos seres sociais e sua actividade produtiva.

Percebe-se, portanto, a importância do trabalho, não somente no sentido tradicional, mas na visão moderna, em particular para o sistema sociopolítico capitalista, em que, prevalece o individualismo. Uma das características de sociedades comunistas é o espírito de interajuda, diferentemente, do sistema capitalista que dá mais ênfase ao trabalho individualizado, o que significa que, há susceptibilidade para a exploração do outro homem, sobretudo no sentido de mão-de-obra disponível e barata para se obter o maior lucro possível.

Verifica-se, neste sentido, que a integração de crianças no mercado de trabalho poderá até não estar intencionalmente ligada ao sentido exploratório, mas devido à condição econômica das famílias, vê como recurso para sobrevivência a inclusão de menores no aumento de renda.

Do exposto anterior, Marx (1980), afirma que, a família figura como a primeira forma de propriedade na humanidade, sendo a esposa e os filhos os primeiros “escravos” do homem. Um dos efeitos gerados pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista teria sido a exploração da força de trabalho de mulheres e crianças da classe operária.

No parágrafo acima referido, Marx aponta para a perspectiva masculina, como sendo o promotor do uso da força de trabalho infantil para a contribuição nas despesas familiares. Entretanto, poderá observar-se que, certas famílias que integram crianças na situação de trabalho infantil são constituídas sem a figura paterna, por possível abandono de lar, morte e/ou outras circunstâncias. Assim sendo, se o homem, neste caso, era o provedor, a família torna-se vulnerável à pobreza, o que poderá contribuir para que, os responsáveis destas crianças incentivem as mesmas a ingressarem no mercado de trabalho precocemente.

Para Marx o trabalho infantil resulta das más condições de vida dos chefes de família, tais como, pais, encarregados de educação, estes que são responsáveis por prover condições básicas de sobrevivência às crianças. Indo mais ao fundo da questão, o autor atesta que, [...] de poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, a maquinaria transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção do sexo e de idade, sob o domínio directo do capital [...] (Marx, 1867, p 449).

Embora, Galvão (2016) pense que, a pobreza não seja o factor determinante para a inclusão das crianças no mercado de trabalho, segundo ele a exploração dessa mão-de-obra é uma violação aos Direitos Humanos, um modelo político e económico baseado no capital e na

cultura e educação colonialistas do país. O trabalho precoce, também respalda-se no mito cultural de que a criança torna-se mais responsável e não fica na rua.

Donário e Dos Santos (2016), dizem que ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade chocam-se com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. E abre-se, assim, uma época de revolução social. Ao mudar a base económica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erguida sobre ela.

Nesta ordem de ideias, Marx entendia que:

As forças produtivas da sociedade evoluem mais rapidamente que as relações de produção, entrando em conflito com as relações de produção pelo que, a partir de certo ponto, o sistema encontra-se bloqueado. Abre-se então, diz Marx, "uma época de revolução social" que tem por função fazer desaparecer as antigas relações de produção e permitir o aparecimento de novas relações de produção mais conformes com o nível de desenvolvimento atingido pelas forças produtivas, as quais evoluem dinamicamente e a ritmos diferentes nas várias sociedades (Donário e Dos Santos, 2016, p 10).

A revolução que Marx faz menção, surge devido ao fenómeno da globalização que está intimamente vinculado à dinâmica e as mudanças sociais. Isto pode estar associado com a emergência do período da revolução industrial, no século XIX, na Europa Ocidental. Através da expansão europeia, as sociedades africanas conheceram uma nova era na sua história, tendo se reformuladas de acordo com as regras industriais, que se caracterizam com a luta entre classes.

Os estudos de Marx mostram como a produção de bens na sociedade capitalista se distingue da produção de bens das sociedades que antecederam esse modo de produção, pois diferentemente das sociedades precedentes, no capitalismo a troca, e conseqüentemente a contradição imanente à mercadoria é o factor que submete e determina a totalidade das relações de produção.

2.2. Enquadramento conceptual

Esta fase do trabalho, corresponde a apresentação de conteúdo temático concebido por autores de outros países, em determinados contextos, e alguns de nacionalidade moçambicana, tendo em consideração a realidade local. Assim como, a inclusão de enquadramento teórico, o conceptual, também, torna-se importante, não apenas para melhor compreensão do tema com a visão dos outros autores, mas no próprio processo de análise e discussão dos resultados.

2.2.1. Trabalho infantil

Numa visão mais holística, compreende-se o trabalho infantil como sendo a toda forma de trabalho executado por crianças e adolescentes abaixo da idade mínima legal permitida para ter acesso ao emprego, conforme a legislação de cada país (OIT, 2010).

Para o contexto moçambicano, José *et all* (2016), citando a Lei do Trabalho de Moçambique (2007), diz que, trabalho infantil será a ocupação de menores com idade inferior a 18 anos, em actividades e tarefas consideradas insalubres, perigosas, penosas, pesadas, degradantes ou as que requeiram grande esforço físico, definidas pelas autoridades legais competentes após consulta às organizações sindicais e empregadores. Nesta concepção estão em destaque a questão de idade e do tipo de actividade.

No entanto, a OIT (2002), afirma que, o processo de análise do conceito de trabalho infantil passa, primeiro, pela análise do conceito de criança. Neste sentido, à luz da legislação Moçambicana, ao abrigo do art. número 1 da Convenção sobre os Direitos da Criança ratificada por Moçambique através da Resolução n°19/90, entende-se por criança: todo o ser humano menor de dezoito anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, a maioridade for atingida mais cedo.

Nesta ordem de ideias, Galvão (2016), enfatiza que, a Organização Internacional de Trabalho (OIT) deixa algumas indicações de como os países podem conciliar as políticas nacionais com as convenções internacionais. Para Moçambique, a situação foi prevista aquando da revisão da Lei do Trabalho (LT-n° 23/2007, de 1 de Agosto), na qual se introduziu, sem se distanciar das regras internacionais, idades consideradas ideais para o ingresso de uma criança no mercado de emprego.

Assim como, a OIT (2012), que recorreu a bases legais para melhor esclarecimento desta abordagem temática, Galvão (2016), afirma que, segundo o artigo n° 26 da actual Lei de

Trabalho (LT) de Moçambique, só se pode empregar um menor que tenha completado 15 anos de idade, mas mediante autorização dos seus pais ou representante legal, enquanto o artigo seguinte da mesma lei sustenta que um contrato de trabalho celebrado directamente com menores de idade entre os doze e quinze anos só é válido mediante a autorização, por escrito, do seu representante legal.

Portanto, percebe-se que, Moçambique é um país que respeita as regras internacionais sobre a criança, bastando notar que já ratificou as Convenções da Organização Internacional de Trabalho (OIT) sobre o Trabalho Infantil, mesmo tendo as suas próprias leis e realidades histórico-culturais.

Segundo ROSC (2015), o termo "trabalho infantil" não deverá ser interpretado, somente, no sentido negativo. Pois, a preparação do ser humano para a vida é um processo contínuo e decorre desde a tenra idade. A inclusão das crianças em actividades domésticas no seio da sociedade é, realmente um factor preponderante na concepção do seu futuro e no desenvolvimento social, óbvio, tendo como base os aspectos políticos de protecção de menores.

Na perspectiva do anterior exposto, Marx (1965) citado por Galvão (2016), já havia compreendido a necessidade em incluir crianças e adolescentes pobres, com a finalidade de sustentar a indústria produtiva e considerou ser uma tendência da indústria moderna que esse grupo de indivíduos contribuísse na produção. Justificava-se que:

Numa sociedade racional, qualquer criança, desde os nove anos, deve ser um trabalhador produtivo, assim como nenhum adulto, de posse de todas as suas faculdades pode se isentar desta lei geral da natureza. Se quisermos comer, é preciso trabalhar, e não somente com nosso cérebro, mas também com as nossas mãos (Galvão, 2016, p.56).

Entretanto, há que salientar que, com o advento das máquinas e das grandes indústrias, o capital promoveu a divisão manufactureira do trabalho. Tal divisão, por sua vez, adaptou a força de trabalho em diferentes graus de maturidade, força e desenvolvimento dos operários (Lima e Cunha, 2013 citando Marx, 1973). Através disto, Marx faz perceber que, a inclusão das crianças nas indústrias deveria ter em conta com o tipo de actividades que, possivelmente, iriam exercer de acordo com o seu nível biológico.

O desenvolvimento de actividades por parte de crianças poderá ser interpretado, também do ponto de vista histórico. Antigamente, a realização das actividades era discriminatória, onde

homens, mulheres incluindo crianças eram submetidos a tarefas específicas. Sobre o início precoce do desenvolvimento das actividades, Maria Helena Taipo, antiga Ministra de Trabalho de Moçambique, durante a sua participação na 103^a Conferência Internacional do Trabalho em Genebra, Suíça destacou que:

"[...] Trabalhar em famílias africanas é um assunto histórico-tradicional, porque começa-se desde criança (Galvão, 2016, p.64)".

Não recusando o aspecto cultural do trabalho infantil, Galvão (2016), clarifica que a OIT divide o trabalho infantil em aceitável e outro em inaceitável. O primeiro refere-se ao emprego da criança fora do ambiente de trabalho exploratório ou de escravidão, sem prejuízos de escolaridade e outros direitos, enquanto o trabalho inaceitável para a criança refere-se àquele em que ela fica impedida de estudar, brincar, desenvolver-se, entre outras formas de privação.

Diferentemente daquilo que se observa na maior parte das crianças que estão inseridas no trabalho infantil, particularmente as que vendem no mercado Xiquelene, é possível notar que se encontram a vender em ambiente que periga as suas vidas. Xiquelene é um mercado que se encontra numa terminal rodoviária, onde há circulação constante de automóveis, entretanto, além dessa perigosidade, a salubridade daquele local oferece condições propícias para o desencadeamento de algumas doenças.

2.2.2 Abandono escolar

O conceito de abandono escolar pode ser definido como a desistência das actividades escolares sem que o aluno tenha completado o percurso escolar obrigatório. No entanto, a diversidade de interpretações deste conceito torna árdua a tarefa de agrupar, num só bloco, as causas do abandono escolar, uma vez que este é um fenómeno global com muitos contributos e de diferentes proveniências que se podem encontrar para o explicar, prever e intervir. Contudo, existe um conjunto de 8 blocos analíticos, que correspondem a agrupamentos lógicos de causas para o abandono: factores individuais, aspectos socioculturais, aspectos económicos, instabilidade do agregado familiar, mercado de trabalho, ambiente social, acessibilidade, escola (Santos, 2010).

Este trabalho focaliza-se em torno de trabalho infantil e suas consequências, com destaque para situações de evasão escolar. Torna-se evidente que, as crianças que se encontram na situação de trabalho infantil provavelmente apresentem algumas dificuldades no sector

académico. Entretanto, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD (2009) citado por De Sousa (2010), salienta que, apesar de existirem factores externos que cooperam para o abandono escolar, a escola também pode contribuir para a ocorrência deste problema.

Portanto, é neste âmbito em que, PNAD (2009) citado por De Sousa (2010) destaca situações como, a repetência escolar, muitas vezes motivada pela falta de didáctica adequada por parte dos professores e por condições precárias na estrutura física da escola, esquecida pelos sistemas políticos locais. Outrossim, as dificuldades de acesso à própria instituição de ensino, a inexistência de transporte público para conduzir o estudante até à escola, o espaço físico sem mobiliário e material didáctico básico, e a falta de merenda escolar são outros aspectos que podem ser decisivos para manter o estudante em sala de aula.

Já Cabral (2015), afirma que, há vários factores que podem influenciar no agravamento do fenómeno da evasão escolar. Entretanto, duas diferentes abordagens se destacam, sendo a primeira ligada a factores externos à escola com destaque para a desigualdade social, relação familiar e as drogas, enquanto a outra trata dos factores internos da instituição, ligados à própria escola, à linguagem ao professor.

A respeito dos factores externos à escola, num estudo realizado por educadores como Brandão, Bianchini & Rocha (1983) citados por Cabral (2015), a partir de uma revisão de literatura nacional e internacional sobre evasão escolar e repetência no Ensino Fundamental, foi concluído que os alunos de nível socioeconómico mais baixos têm um menor índice de aproveitamento académico, portanto, são mais propensos à evasão. Esta afirmação está vinculada a situações que envolvem alunos trabalhadores que precocemente precisam contribuir no provimento da família e de sua própria subsistência.

Assim, exaustos das rotinas diárias e desmotivados pela baixa qualidade do ensino ou inexistência de sentimentos de pertencimento, muitos adolescentes desistem dos estudos sem completar o ensino médio (Cabral, 2015). Ainda, de acordo com o autor, essa realidade dos alunos das camadas populares difere do que ocorre com os alunos que seus encarregados de educação têm um poder económico médio/alto. Enquanto os filhos da classe dominante têm tempo para estudar e dedicar-se às actividades como dança, música, língua estrangeira, e outras, os filhos dos de que estão no estrato social economicamente superior mal têm acesso aos cursos nocturnos, sem possibilidade alguma de frequentar cursos complementares e de aperfeiçoamento.

Fica evidente que, o discernimento de Cabral (2015), demonstra que, a classe menos favorecida tem maior probabilidade de abandonar os estudos, pois, dificilmente conseguem conciliar o estudo com o trabalho tendo de optar por trabalhar para ajudar no sustento familiar. Acabam por não ter seu direito à educação resguardada, por ser precário ou pela falta de fiscalização ou de projectos que possibilitem que esses evadidos retornem ao meio escolar. Contudo, a família, a sociedade e o Estado deve dar assistência a esses evadidos, possibilitando o retorno ao meio escolar, dando-lhes meios para que não haja necessidade de deixarem a escola para ajudarem os pais no sustento da família.

Por sua vez, Mucopela (2016), é de opinião que, as causas da evasão escolar são complexas e muito inter-relacionadas. Alguns estudos classificam as causas em três categorias de factores:

- Factores individuais ou sociais: aproveitamento escolar, baixo grau de auto-estima e certos tipos: de comportamento como, absentismo, falta de motivação que podem ser anunciadores do abandono escolar;
- Factores académicos: a estrutura da escola assim como algumas práticas da escola, influenciam o desengajamento do aluno);
- Factores do sistema educacional: costume de reprovar alunos ou a falta de ensino vocacional.

Benavente *et al* (1994, p.32), salienta que, a existência de causas múltiplas não deve desviar atenção daquela que frequentemente é apontada como sendo uma das principais razões:

[...] os alunos que abandonam a escola foram por ela, antecipadamente, abandonados. A autora destaca as periferias urbanas e as zonas rurais como as mais atingidas pelo abandono escolar. Neste sentido, adiantam-se os filhos de trabalhadores agrícolas, de operários e de artesãos, os filhos de emigrantes e os pertencentes a minorias étnicas como aqueles que mais frequentemente abandonam a escolaridade obrigatória.

Em alinhamento a descrição acima de Benavente *et al* (1994), Silva (2020), aponta para o ingresso ao trabalho precocemente como uma das principais causas de evasão escolar. Este autor, refere que, esta questão do trabalho, envolve diversos aspectos sociais e económicos, ideia partilhada por Neri (2009) citado por Silva (2020), em seu artigo “Evasão Escolar” publicado pela Fundação Getúlio Vargas em parceria com o Instituto Unibanco como parte do projecto “Todos pela Educação”.

Neste artigo Neri (2009) considera que exactamente durante o ensino médio ocorre a transição inicial da fase infantil para a juventude, momento este em que diversas circunstâncias podem interferir na caminhada estudantil dos adolescentes. A partir dos 14 anos de idade os pais passam a ter as seguintes opções: como deixá-los estudando em tempo integral, dividir o tempo entre a escola e um trabalho ou enviá-los para o trabalho. Coloca ainda que, muitas vezes, esta decisão é até mesmo dos próprios jovens e é atrelada a uma série de factores, principalmente de ordem económica.

A renda do responsável familiar interfere directamente na decisão de enviar ou não o jovem para o mercado de trabalho, e que factores como desemprego, insuficiência de renda são factores preponderantes. Nestas situações, o tempo do adolescente pode ser usado para compensar as dificuldades financeiras e assim complementar a renda familiar. Em outros casos, o próprio jovem dispõe-se a diminuir seu tempo de estudo ou até mesmo abandonar a escola na busca de um emprego que lhe conceda melhor condição financeira (Neri, 2009 citado por Silva (2020).

Além de trabalho infantil, Silva (2020), aponta para o acesso limitado, que é configurada por questões como a distância entre a escola e a residência do estudante, a ausência ou transporte público inexistente e a ausência de vagas nas escolas da região onde reside o aluno. Neste caso, o autor destaca que:

Em zonas rurais, por exemplo, muitos alunos têm que percorrer quilómetros de distância para estudarem e muitos alunos, principalmente jovens acabam por desanimarem e consequentemente abandonarem a instituição. Há casos em que alguns alunos podem até viajar horas de barco para irem à escola (Silva, 2020, p.21)

2.3. Trabalho infantil versus Abandono escolar

As crianças podem ajudar os pais nos trabalhos domésticos, porém, trabalhar muitas horas antes de ir para a escola é prejudicial. Pois, se os filhos forem cansados para a escola não têm o mesmo rendimento, trazendo desta forma um impacto social muito grande, fazendo com que o menor ficasse a mercê da vida, caindo muitas vezes na marginalização.

Portanto, Neves (2012), descreve que, a baixa escolaridade e o baixo desempenho escolar, causados pelo trabalho infantil, limita as oportunidades de emprego, restando-lhe a possibilidade de concorrer para postos que não exigem qualificação e que dão baixa

remuneração, por ser mão-de-obra barata, mantendo-se jovem dentro de um ciclo repetitivo de pobreza já experimentado pelos pais. Outra consequência do trabalho realizado na infância é a de piorar o estado de saúde da pessoa, tanto na fase inicial da vida, quanto na fase adulta. Os efeitos maléficos do trabalho infantil tendem a aumentar os riscos à saúde e na educação.

A consciencialização destas crianças e, principalmente, dos seus progenitores, no sentido de se dar ênfase que a escola é importante para o seu crescimento intelectual e físico, e talvez a população menos favorecida possa ter um crescimento social, uma vez que estarão estudando e aprendendo, podendo então trabalhar, quando adultos de maneira digna e saudável.

Torna-se evidente que, quase todos autores referenciados neste trabalho são unânimes ao afirmar que, o trabalho infantil tem um impacto enorme em situação de evasão escolar que se verifica em várias crianças. Entretanto, Lima (2014) traz outra abordagem acerca da permanência das crianças no processo de ensino e aprendizagem.

Para Lima (2014) citando Delval (2006, p. 32), as escolas são empregadoras de professores, directores e demais funcionários, os quais deveriam trabalhar com maior compreensão, estando preparados para acompanhar alunos, dos mais diversos tipos, assim:

"Os professores deveriam levar em consideração as características dos diferentes alunos e procurar manifestar atitudes positivas em relação a eles, reforçando-os em seu aprendizado e em seus progressos sociais. Acrescenta, afirmando que, a forma que a recepção na escola é realizada pode influenciar as crianças e adolescentes, a falta de preparo para lidar com a criança trabalhadora, suas condições de existência, valores e meio ambiente, em que pesem os esforços para uma mudança, tendem a fortalecer o processo de exclusão" (Lima (s/d) citando Delval, 2006, p. 32).

No mesmo sentido Pereira (2002) citado por Lima (2014), descreve que a escola tem sua parcela de culpa, na ocorrência da evasão escolar. Pois, a evasão escolar pode ser motivada por currículos inadequados. Ademais, Lima (2014) aponta que, é evidente a necessidade de investimentos na educação, uma vez que as escolas oferecem atendimentos de baixa qualidade a todos os alunos de um modo geral, mesmo os alunos que não estão laborando, eventualmente se evadem da escola. Ele concorda que se reforce, que as crianças não deixam de ir à escola porque trabalha, mas, sim, por problemas do próprio sistema escolar, como escolas não acessíveis e baixa qualidade do ensino.

Deste modo, percebe-se que a evasão escolar é parte do resultado de um sistema de ensino deficiente que foi implantado nas escolas, que existe uma certa ligação entre a evasão escolar e o factor económico-financeiro não só das famílias mas, também, das próprias escolas

Portanto, Lima (2014) desperta a sociedade, no sentido de que, o combate ao trabalho infantil, não será completo sem a efectiva participação da escola, e seus agentes (professores, orientadores, directores), pois de nada adiantaria aos pais, às autoridades e projectos sociais, incentivarem o retorno do aluno para a instituição de ensino, se a própria escola não estiver preparada para receber o aluno evadido. Tanto que, as crianças e adolescentes são evidentemente vulneráveis e há uma legislação específica para lhes atender, pelo que deveriam estar a salvo das dificuldades de ordem material, psicológico, saúde, entre outras tantas outras carências e riscos.

Acima de tudo, espera-se que a escola, cumpra o que a legislação estabelece, bem como, disponibilize uma equipa de profissionais para trabalhar de forma afincada num acolhimento engajado, almejando o resgate e assegurar a todas crianças e adolescentes frequência escolar, pois eles têm o direito de obter os benefícios que a educação pode proporcionar (Lima, 2014).

Capítulo III – Apresentação do plano de intervenção

Plano de Intervenção

Neste capítulo, traz-se a proposta de intervenção alicerçadas nas políticas e instrumentos legais que condenam a prática de actividades económicas envolvendo crianças que o assistente social pode adoptar no seu exercício profissional para modificar a questão social em causa.

3.1. Políticas nacionais da luta contra o trabalho infantil

A protecção da criança em Moçambique é um desafio complexo devido ao contexto em que ocorrem as múltiplas formas de abuso, exploração, violência e discriminação a que estão sujeitas, por vezes agravadas por práticas tradicionais ou atitudes sociais negativas. Apesar dos vários esforços levados a cabo pelos vários intervenientes governamentais e não-governamentais ainda prevalecem práticas tradicionais que perpetuam a violência contra as crianças.

O Plano de Acção Nacional para o Combate às Piores Formas do Trabalho Infantil em Moçambique, PANPFTI (2017-2022), aprovado na 31ª Sessão do Conselho de Ministros de 05 de Setembro de 2017, identifica prioridades chave na sobrevivência, protecção e desenvolvimento da criança, tendo como base fundamental as políticas e estratégias do Governo da República de Moçambique, nomeadamente o “Plano Quinquenal do Governo”, o PARP e a “Agenda 2025” e os seus instrumentos de planificação, como o Plano Económico Social (PES), o Orçamento do Estado e o Cenário Fiscal de Médio Prazo.

Portanto, é nesse âmbito em que, o PANPFTI, coordenado pelo Ministério do Género Criança e da Acção Social, tem como foco uma série de intervenções destinadas a evitar que as crianças sejam vítimas da exploração laboral e das piores formas de trabalho infantil (PFTI), retirando e reabilitando-as, protegendo as crianças abaixo da idade mínima legal que trabalham, da exploração em trabalhos perigosos.

As estratégias de prevenção incluem esforços para reforçar o quadro legal e a aplicação da legislação pertinente; melhorar o sistema de educação para tornar o sistema de ensino cada vez mais acessível, aumentando o rendimento familiar e sensibilizando a sociedade das consequências das piores formas de trabalho infantil (PFTI). A reabilitação inclui a prestação de serviços de educação, saúde e aconselhamento, integração do género, para além da promoção da formação profissional para crianças retiradas do trabalho infantil.

Na perspectiva da Organização Internacional do Trabalho, OIT (2012), a implementação da legislação que versa sobre o trabalho infantil, tendo sido definidas as seguintes actividades: sensibilização e capacitação das comunidades para alertá-las sobre os perigos/riscos do trabalho infantil; realização de campanhas contra o trabalho infantil com o envolvimento da Sociedade Civil; criação de formas alternativas de rendimento para as famílias das crianças trabalhadoras para as tirar do trabalho e integrá-las no sistema educativo; capacitação e sensibilização das organizações sindicais, líderes comunitários e organizações comunitárias de base para a identificação e denúncia do trabalho Infantil e exploração de menor.

Não obstante, a nível internacional, o país ratificou o protocolo para prevenir, suprimir e punir o tráfico de pessoas, especialmente, mulheres e crianças, suplementando a Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) contra o crime organizado transnacional. Neste domínio, apontam-se também progressos assinaláveis, no aumento de acesso aos serviços de registo de nascimentos em todo o país. Foi ainda levado a cabo um estudo sobre as piores formas de trabalho infantil, em coordenação com a OIT, e estabelecido um Observatório do Trabalho Infantil em Moçambique. Com vista a identificar casos de exploração do trabalho infantil foram realizadas inspecções do trabalho a diferentes empresas com vista à identificação de casos e tomada de medidas necessárias.

O trabalho infantil é uma expressão da questão social sobre a qual os Assistentes Sociais poderão intervir ao actuar nas diversas políticas intersectoriais de atendimento às crianças e adolescentes, ou até mesmo junto ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, como parte da equipe profissional. O Assistente Social tem competências teórico-prático necessário para formular propostas de intervenção adequadas à realidade, buscando proporcionar às crianças, adolescentes e mesmo às famílias o acesso aos direitos e uma efectiva protecção. É nesse contexto que, segundo Gil (2008), o plano de intervenção é um instrumento de trabalho dinâmico, que visa descrever acções ressaltando problemas e objectivos a serem alcançados com critérios de acompanhamento e avaliação do trabalho desenvolvido.

Quadro do Plano de Intervenção

| Nº | Actividades/ Acções | Objectivos | Intervenientes | Prazos | Obs. |
|----|---|--|----------------|--|------|
| 1 | Apoio psicossociais às crianças vendedeiras no mercado xiquelene. | Recuperar psicológica e socialmente as crianças. | O pesquisador. | No mercado Xiquelene, durante 1 mês. | |
| 2 | Acções socioeducativas às famílias das crianças | Incutir nas famílias a importância da formação das crianças | O pesquisador | Nas residências das famílias das crianças, durante 1 mês | |
| 3 | Reintegração escolar das crianças. | Motivar as crianças a voltarem para escolas | O pesquisador | Junto dos familiares, durante 1 mês. | |
| 4 | Encaminhamento dos casos aos SDGCA | Dar a conhecer o aumento de casos de crianças integradas nas actividades económicas no mercado de Xiquelene. | O Pesquisador | Num prazo de 1 mês. | |

Outrossim, vale ressaltar que o processo de trabalho do assistente social não é exclusivamente organizado pelo profissional, é necessário considerar as premissas para execução de seu trabalho, como o espaço sócio-ocupacional e as condições materiais de trabalho. Estes factores influenciam directamente na intervenção profissional, evidenciando a necessidade de articulação deste trabalhador com outros actores, como coordenadores, gestores, administradores e seus próprios colegas de trabalho. Além disso, o assistente social situa-se como um participante da reprodução das relações sociais, no âmbito da contradição entre capital e trabalho (mediador).

Capítulo IV – Metodologia

Metodologia

Nesta parte do trabalho descreve-se, os procedimentos metodológicos e técnicos que nortearam o processo de colecta de dados e da sua produção final, olhando sempre para a necessidade de proteger a integridade dos participantes e de garantir a qualidade científica da pesquisa

4.1. Natureza e tipo de pesquisa

Esta pesquisa segue parâmetros duma abordagem qualitativa. A escolha deste tipo de pesquisa deve-se ao objectivo do mesmo, pois visa analisar a relação que existe entre o trabalho infantil e o abandono escolar das crianças que vendem no mercado de Xiquelene. Portanto, seria possível alcançar este objectivo através do relato das opiniões e experiências da população alvo.

Conforme Silva (2014) citando Almeida e Freire (2008), o método qualitativo baseia-se em princípios como estudar os fenómenos a partir da perspectiva do outro e se conhecer a forma como as pessoas experienciam e interpretam o mundo social.

Esta abordagem desenrola-se através de pesquisa bibliográfica e de campo. Segundo Gerahdt e Silveira (2009, p.37), a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e electrónicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Estes autores, salientam que, qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.

Quanto à pesquisa de campo, Gerahdt e Silveira (2009, p. 37) citando Fonseca (2002), afirmam que, esta caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, realiza-se a colecta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa.

4.2. Método de pesquisa

No que cerne ao método de procedimento, foi aplicado o método pesquisa-acção, que, segundo Thiollent (1997), é um tipo de pesquisa social com base empírica concebida e realizada em estreita associação com uma acção ou com a resolução de um problema

colectivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. Ou seja, indica a participação do actor e a interacção de outros actores na produção de conhecimento acerca do tema pesquisado.

Por sua vez, Baldisera (2001), sublinha que uma pesquisa pode ser qualificada de pesquisa-acção quando houver realmente uma acção por parte das pessoas implicadas no processo investigativo, visto partir de um projecto de acção social ou de solução de problemas colectivos e estar centrada no agir participativo e na ideologia de acção colectiva.

Dessa forma, este método foi relevante para este estudo, uma vez que, se trata de um estudo de caso sobre os adolescentes que se encontram na condição de trabalho infantil no mercado Xiquelene, cidade de Maputo, e, tornou-se adequado porque possibilitou o aprofundamento da realidade vivida por este grupo de indivíduos ao estudar-se na íntegra a sua história de vida e compreendê-la nos seus próprios termos num contexto específico.

4.3. Técnicas e instrumentos de recolha de dados

Tendo em consideração o perfil académico e social da população alvo foi empregue a técnica de entrevista para a colecta de dados e fez-se as devidas anotações. Através desta técnica tornou-se possível colher informações até de crianças que não são capazes de ler nem escrever. Relativamente, a aspectos de comunicação, sempre que se mostrou necessário, recorreu-se a línguas maternas locais para situações de crianças que não dominam a língua portuguesa.

Marconi e Lakatos (2003) sustentam que, a entrevista como técnica de colecta de dados, pode ser utilizada com todos os segmentos da população, analfabetos ou alfabetizados, fornece uma amostragem muito melhor da população geral; o entrevistado não precisa saber ler ou escrever; oferece maior flexibilidade, podendo o entrevistador repetir ou esclarecer perguntas, formular de maneira diferente; especificar algum significado, como garantia de estar sendo compreendido; oferece maior oportunidade para avaliar atitudes, condutas, podendo o entrevistado ser observado naquilo que diz e como diz, permitindo, assim: o registo de reacções, gestos etc.

Quanto à tipologia, aplicou-se a entrevista semiestruturada, a qual, de acordo com Guerra (2014), o roteiro pode possuir até perguntas fechadas, geralmente de identificação ou

classificação, mas, possui principalmente perguntas abertas, dando ao entrevistado a possibilidade de falar mais livremente sobre o tema proposto.

O uso da entrevista semiestruturada tornou-se relevante devido ao prolongamento das perguntas aos entrevistados. Guerra (2014) descreve que, com o recurso desta tipologia, os entrevistados tornam-se mais livres em falar de outros assuntos pertinentes mas que em contra partida têm relação com a pergunta-chave. Por sua vez, o entrevistador poderá incluir outras perguntas que achar relevantes para atingir determinado objectivo, sem que estejam previamente alistadas nas questões de partida.

4.4. População e amostra

Num universo de aproximadamente cinquenta (50) crianças que realizam as suas actividades económicas no mercado de Xiquelene, o presente estudo foi representado por uma amostra de quinze (15), e os respectivos responsáveis. Esta amostra foi constituída através do método aleatório simples, onde cada uma delas tinha a probabilidade de fazer parte dos entrevistados, Marconi e Lakatos (2003, p. 163), “afirmam, tratar-se de uma amostragem aleatória simples, quando “cada membro da população tem a mesma probabilidade de ser escolhido”.

Tendo em consideração a especificidade de alguns objectivos específicos, tornou-se necessário contactar alguns membros de família de crianças incluídas no procedimento deste estudo. Neste caso, este trabalho conta com a participação de quinze encarregados das crianças que foram escolhidos, também, de forma aleatória.

4.5. Procedimento de análise e interpretação dos resultados de campo e as questões éticas

Para a análise de dados, usou-se a análise temática. Este método permitiu fazer uma análise e interpretação de dados recolhidos no campo a partir da teoria escolhida e do material bibliográfico. Com base nela, fez-se uma exploração do material bibliográfico, pré-análise e tratamento dos resultados a partir da teoria e a sua interpretação. Guerra (2014) afirma que esta técnica de análise tem como ponto de partida uma organização que consiste na pré-análise, exploração do material e o tratamento dos resultados ou a inferência e a interpretação de dados.

4.6. Aspectos éticos do processo de colecta de dados e da pesquisa

O processo de colecta de dados foi realizado com o recurso a entrevista. Sendo assim, o entrevistador recorreu a técnica de anotações e gravação de áudios. No sentido de criar um clima de confiança e harmonia ao longo deste processo, o entrevistador, antes das crianças responderem às perguntas explicou o objectivo da pesquisa e os significados de alguns termos que, possivelmente, não entenderiam com clareza. Neste sentido, estabeleceu-se, previamente, um compromisso ético de que não seriam identificadas com os nomes próprios no presente estudo. E tendo em consideração o actual momento da pandemia de Covid-19, as entrevistas foram realizadas seguindo com rigor as medidas de prevenção desta doença, com o uso de máscaras, o distanciamento físico e a lavagem das mãos.

Importa referir que, a colecta de dados junto a algumas crianças foi feita com o recurso à tradução de português para a língua changana, visto que as mesmas crianças eram incapazes de entender e responder às perguntas devidamente. No caso das que respondiam em língua portuguesa, algumas respondiam com dificuldades em articular algumas frases e as mesmas serão transcritas com os mesmos erros gramaticais. As crianças que fizeram parte da amostra são representadas por palavra “Sujeito” com as devidas letras e os seus respectivos encarregados.

Capítulo V- Apresentação dos resultados do trabalho de campo

Apresentação, análise e interpretação dos resultados da pesquisa

Neste capítulo faz-se apresentação e discussão dos dados do campo com intuito de responder ao problema de pesquisa, tendo em vista aos objectivos do estudo. Neste âmbito, surge a necessidade de ressaltar que, este trabalho apresenta como título Análise da Relação entre o Trabalho Infantil e Abandono Escolar das crianças que vendem no Mercado Xiquelene, cidade de Maputo. As entrevistas ocorreram nos locais onde as crianças encontravam-se a realizar suas actividades de vendas, entretanto, devido a agitação que se faz sentir naquele local “Mercado de Xiquelene”, antes das entrevistas ocorrerem, os entrevistados e o pesquisador dirigiam-se à lugares estratégicos onde o ambiente fosse minimamente favorável para uma conversa tranquila.

5.1. Perfil sociodemográfico dos entrevistados

A colecta dos dados do presente estudo foi realizada no Mercado de Xiquelene, que se localiza na Cidade de Maputo, ao longo da avenida Julius Nyerere. O grupo maioritário das crianças que foram entrevistadas reside nos bairros arredores daquele mercado, nomeadamente: Laulane, Ferroviário, Polana Caniço, Hulene, Maxaquene, Minguene FPLM, e Mavalane.

Durante a realização desta actividade, notou-se que, a maior parte das crianças que fazem parte da amostra no mercado de Xiquelene é do sexo masculino. Sendo que, nove frequentavam a escola, numa escala entre 5^a a 7^a classes, e os restantes não se encontravam inseridas no processo de ensino e aprendizagem. As crianças entrevistadas possuíam idades entre os 10 aos 14 anos e constituíram um número de 10 rapazes e 5 raparigas.

5.2. Tipos de actividades desenvolvidas pelas crianças

As crianças entrevistadas desenvolviam diversas actividades económicas das quais, vendedores informais e carregadores de compras. Assim, das 15 crianças, 13 desempenhavam a actividade económica de venda sendo que, 3 vendiam somente frutas, 10 vendiam variados tipos de produtos como amendoim, bolachas e bolinhos, temperos, plásticos, cosméticos, água e fizz, e as outras ainda ajudavam no carregamento de sacolas de pessoas que se dirigiam às compras.

Os participantes desempenhavam a actividade de venda informal a conta de outrem. Um total de duas crianças vendia produtos a mando dos pais com a finalidade de ajudá-los e contribuir nas despesas familiares. Os restantes vendiam produtos fornecidos pelos indivíduos com os quais prestavam estes serviços, portanto, praticamente essas crianças eram os pequenos trabalhadores. As actividades de venda rendiam para cada criança um valor que variava dos 1000 à 3000 mts por mês consoante o tipo de produto vendido, e que era gerido pelos proprietários dos produtos. Pelo trabalho prestado, as crianças recebiam uma recompensa em forma de alimento, vestuário, acomodação e propinas para a escola.

Esta monografia tinha como objectivo principal, analisar a influência de Trabalho Infantil no abandono escolar das crianças que vendem no mercado Xiquelene. Portanto, o autor deste trabalho teve que conceber um guião de perguntas com vista a alcançar o objectivo em causa. Neste sentido, a parte a seguir apresenta os depoimentos das crianças e a confrontação dos mesmos com a revisão teórica e da literatura.

Quando os entrevistados foram confrontados com as perguntas que tinham o objectivo de perceber aos factores que influenciam no abandono escolar das crianças que vendem no mercado de Xiquelene, notou-se que, o perfil socioeconómico, cultural e demográfico das famílias que as integram desempenha um papel preponderante.

Os pais e encarregados das crianças que vendem no mercado Xiquelene, são unânimes ao destacar que, o abandono escolar é motivado por circunstâncias como, a acessibilidade das instituições de ensino, inserção precoce em actividades como a pastagem e agricultura, casamentos prematuros, gravidezes precoce, e situações de falta de sustento familiar para a compra de material escolar. Assim, pode-se testemunhar, através de algumas das respostas dadas durante a entrevista:

Deixou de ir para escola um pouco depois de perder seus pais. Depois de perder os pais dele a minha avó lhe chamou para morar com ele [...]. Quando amanhecia já não tinha tempo de ir para escola por causa do trabalho que fazia [pastagem de gado] para poder ajudar a minha avó que vive em Gaza [Manjacaze, Magoene] (Tia do sujeito L, Abril/2022)

Deixou de ir para escola porque eu chamei ela para vir cá em Maputo para poder vender junto com ela, e ajudar os seus irmãos e seus pais nas despesas de casa (Tio do Sujeito F, Abril/2022)

A escola era longe. Ela Até chegou de ir nas primeiras semanas, mas depois deixou. Porque todos dias iam para a escola de pé (Irmão do sujeito E, Abril/2022).

Agora apanhar emprego não é fácil, por isso eu apoio mais o auto emprego. Prefiro que ele trabalhe aqui comigo. (Irmão do sujeito C, Abril/2022)

A mãe me pediu para que ele viesse cá em Maputo porque lá (gaza) não estava a fazer nada depois de ter passado para 8 classe e a escola era longe (Tia do sujeito K, Abril/2022).

Deixou de ir para escola quando o pai da sua filha lhe engravidou (Tia do sujeito G, Abril/2022)

Apesar da situação de abandono escolar em que algumas crianças se encontram, certos parentes possuem expectativas promissoras em relação ao futuro desses menores. Eles

afirmaram que, mesmo diante das dificuldades e desafios enfrentados no dia-a-dia, nunca deixaram de querer que as crianças voltassem a estudar e se formassem.

Qualquer desejo de pai ou mãe quando seus filhos são pequenos é que eles estudem e se formem. As dificuldades é que tem atrapalhado, mas nós lutamos todos os dias para ver nossos filhos, sobrinhos doutores! Vender ou não mas sempre a estudar porque esse é o ponto seguro deles e também o nosso ponto seguro... (Irmão de Sujeito I, Abril/2022).

Ela vai a escola meu filho, quando eu vou guevar ela me ajuda com a banca, mas tira boas notas na escola (mãe do sujeito N, Abril/2022)

Vai voltar ela a escola, só estou a espera que este ano termine. Mas vai voltar (Tia do sujeito M, Abril/2022).

Ela deve voltar a estudar sim! Porque o grande caminho para ultrapassar estes problemas todos que temos enfrentado é a escola. Pode mandar ou ensinar a criança a trabalhar ou vender mas..., sempre devemos apoiar como pais/encarregados as crianças para estudarem, entrar na universidade e realizarem seus sonhos. Eu acho que é possível fazer as duas coisas sem uma atrapalhar a outra. (Tia do sujeito B,) Abril/2022.

Ele faz as duas coisas, de manhã vai vender e a tarde volta e vai para escola. (Tia do sujeito A, Abril/2022)

Algumas crianças, nos seus depoimentos afirmaram que, os seus progenitores e/ou responsáveis, em certas conversas chegam a frisar que, para os dias actuais, a escola não tinha um valor importante na sociedade e para o futuro, visto que, uma pessoa pode até estudar ao nível de licenciatura, mas dificilmente terá uma colocação no mercado de emprego, conforme atestam os seguintes relatos:

Eu estudo na sétima classe. Mas eu gosto mais de vender porque quando crescer quero ter minha banca. A escola [...] minha tia disse conhece pessoa que estudou mas não trabalha, não tem emprego [...] (sujeito A, Março /2022).

A escola é boa. Só que não dá dinheiro. Estudar? Para depois pedir emprego e pessoas negaram. (sujeito B, Março/2022).

Eu não vejo o que a escola pode me dar. Eu também quero dinheiro para ajudar a minha família. (Sujeito C, Março/2022)

Os relatos acima mencionados são de algumas crianças descrentes quanto à continuidade com o processo de ensino e aprendizagem. O *sujeito A* ainda está integrado no sistema educacional, mas, percebe-se que, muito provavelmente poderá abandonar a escola, por causa da influência que tem da sua tia. Por sua vez, os *sujeitos B e C* dizem que, a escola não é um lugar certo para ele porque não há ganhos financeiros, e a actividade que realizam lhes proporciona certo valor monetário que, doutro lado, não teriam. Quando se analisa o discernimento destes sujeitos poderá se perceber que, os mesmos terão passado por algumas influências negativistas quanto à continuidade com o processo de ensino e aprendizagem. Tal como demonstrou um dos sujeitos com o seu questionamento:

Estudar? Para depois pedir emprego e pessoas negaram. Aqui em Moçambique você estuda de borla, com essas crises, se você não conhece alguém para poder te ajudar para entrar numa empresa trabalhar você esta a estudar de borla. (Sujeito D, Março/2022)

Realmente, existem vários jovens dotados de formações profissionais sem emprego. Entretanto, isto não seria argumento para desencorajar as crianças que ainda se encontram integradas no processo de ensino e aprendizagem. A escola poderá não ser interpretada, somente como um veículo para que o futuro laboral das crianças seja garantido, mas também em termos de aspectos do próprio desenvolvimento psicossocial desses indivíduos. As crianças devem permanecer na escola para o seu bem-estar social e psicológico. Portanto, é neste sentido onde segundo Furtado (2007), as crianças que abandonam a escola, correm o risco de desenvolver problemas emocionais como sentimentos de incompetência, danos de personalidade e de identidade, bem como a ausência de construção de sonhos e projectos.

Para o contexto moçambicano Conceição (2016) citando Barros e Gulamo, (1999), refere que, os estudos que abordam sobre o trabalho infantil sugerem que há uma cultura secular de valorização do trabalho infantil que tende a apoiar a inserção das crianças no mundo do trabalho como instrumento de aprendizagem de papéis à desempenhar na fase adulta e de regulação de comportamentos.

Por sua vez, o UNICEF (2014) citado por Conceição (2016) sublinha que, no contexto moçambicano os factores socioculturais influenciam o trabalho infantil. Estes factores caracterizam-se por um conjunto de práticas e atitudes que se encontram enraizadas nas tradições culturais e nas relações de género e poder que ditam no sentido normativo, o que os membros dos agregados familiares devem fazer para participar na vida familiar ou comunitária.

Outrossim, UNICEF (2014), destaca ainda a vertente social, que os alunos acham-se maus e revelam dificuldades de integração social. Ainda, no domínio social, o abandono escolar arrasta consigo consequências que se correlacionam com o uso de drogas e álcool, com doenças sexualmente transmissíveis, com início precoce da vida sexual, baixa auto-estima e auto-eficácia, com probabilidade maior de depressão, stress, estilo explicativo pessimista. Por outro lado, as crianças que abandonam a escola, muitas delas, na idade adulta, não são bem acolhidas em instituições.

Por sua vez, Januário (2016), dá a entender que os jovens que abandonam, prematuramente, a escola, vivem um fenómeno de desclassificação social, não são alunos nem trabalhadores, não são crianças nem são adultos; as instituições não se responsabilizam pela sua formação mas, eles ainda não podem responsabilizar pela sua própria vida e, conseqüentemente, criam um entrave no desenvolvimento da sociedade, o aumento da delinquência juvenil. Assim, poderá se denotar nesses jovens, a falta de oportunidade de emprego, desestruturação das famílias, trabalho de risco muitas vezes não digno, aumento da prostituição juvenil, o elevado número de pessoas afectadas com o HIV-SIDA, o aumento da pobreza e a Salários que não satisfazem as necessidades básicas.

Ainda sobre os factores que influenciam a evasão escolar, existem autores, que contrariamente daquilo que se pode observar nos depoimentos dos sujeitos previamente referidos, em que se culpabiliza a sociedade, em particular certos membros que fazem parte das suas famílias, olham para essa questão no sentido diferente.

Por exemplo, Mucopela (2016), diz que, as causas do abandono escolar são complexas e muito inter-relacionadas. Destacando o sector escolar, pese embora sem detalhar de forma profunda, afirma que, a estrutura da escola assim como algumas práticas da escola, influenciam o desengajamento dos alunos. Também, o costume de reprovar alunos ou a falta de ensino vocacional são determinantes para a ocorrência deste fenómeno.

No mesmo sentido Pereira (2002), descreve que, a escola tem sua parcela de culpa, na ocorrência do abandono escolar pois, o abandono escolar pode ser motivado por currículos inadequados, uma vez que existe a necessidade de a criança sair em busca do sustento da família e do seu próprio, com o desconhecimento, por parte do educador, das limitações da criança, entendendo que sua turma é homogénea e negando a diversidade.

Ademais, Lima (2014) diz que, é evidente a necessidade de investimentos na educação, uma vez que as escolas oferecem atendimentos de baixa qualidade a todos os alunos de um modo geral, mesmo os alunos que não estão laborando, eventualmente se evadem da escola.

Relativamente aos factores demográficos e económicos, percebe-se que, certas crianças tiveram que deixar de ir para escola devido à falta de instituições de ensino perto das suas residências, geralmente do ensino secundário. Este grupo de crianças, viu-se na condição de abandonar o processo de ensino e aprendizagem porque os seus encarregados de educação não tinham dinheiro para custear o transporte por morar longe da escola e/ou possivelmente por existirem poucos meios de transporte disponíveis e com pouca flexibilidade de horários. De salientar que, estas crianças são provenientes das províncias de Gaza e Inhambane. Conforme os relatos a seguir ilustram:

Deixei de ir para escola quando passei para 8ª classe. Porque a escola que se estuda a partir de 8ª classe ficava muito distante da casa onde eu morava, e precisava de dinheiro de transporte (Sujeito E, Março /2022).

Dinheiro de chapa e fichas boss. Eu quando terminei a 7ª classe minha mãe não tinha de dinheiro de eu comprar o que os professores me pediam (fichas), por isso eu desisti e vim abrir o meu próprio negócio para ajudar a ela (Sujeito K, Março/2022).

Deixei de ir para escola porque fiquei grávida desse meu filho e que não podia ter dinheiro para poder apanhar chapa para escola (Sujeito G, Março/2022).

Quanto ao perfil socioeconómico das famílias que integram as crianças que vendem no mercado Xiquelene, constatou-se que, das quinze crianças entrevistadas, dez viviam em agregados até oito ou mais pessoas e cinco estavam em lares constituídos por cinco pessoas. O grupo formado por cinco crianças vivia em famílias chefiadas por mães separadas e viúvas. E as dez crianças, algumas pertenciam a famílias em que não estão ligados por laços

consanguíneos, neste caso, é um grupo de indivíduos que foi integrada apenas para realizar as vendas, e geralmente são provenientes de província de Gaza Inhambane e Zambézia, nas zonas rurais.

Nota-se que, poucas crianças vivem com ambos os progenitores (pai e mãe), outras com apenas avós. Em termos de condições de habitação, constatou-se que certas crianças viviam em casas próprias, de alvenaria, mas com poucos compartimentos, onde chegavam a partilhar o mesmo quarto com algumas pessoas adultas. Outras encontravam-se a residir em casas de aluguer junto com os seus tios, irmãos e/ou "patrões".

Outras crianças disseram que eram naturais daqui de Maputo, no entanto, elas estão integradas em famílias localizadas nos bairros periféricos e, acima de tudo encontram-se em condições precárias. Entretanto, tanto as crianças que são oriundas das províncias, assim como, as que são naturais da cidade de Maputo afirmaram de forma unânime que o nível de escolaridade das famílias onde se encontram inseridas é muito baixo. O nível de escolaridade é um dos factores determinantes para assegurar a continuidade do percurso escolar de qualquer criança que está em processo de ensino e aprendizagem, portanto, as crianças que estão num ambiente familiar em que o nível escolar não é apreciável, isto é, crianças inseridas em famílias constituídas por membros que não tenham seguido o percurso académico de forma satisfatória, provavelmente, com facilidade poderão abandonar as actividades escolares.

Em Gaza morava com os meus pais e os meus irmãos. Os meus pais trabalhavam na machamba [...]. Eu quando deixei de ir para escola ajudava os meus pais na machamba. Depois fui chamado pela minha tia para vir cá em Maputo para vender para ela. Na minha família é o meu irmão que estudou mais, ele chegou até 7ª classe, mas o meu irmão não chegou de terminar (Sujeito H, Março/2022).

Eu moro com a minha tia [sua patroa] com o seu marido e seus filhos, e mais uma menina que vende seus produtos. Mas em Gaza [Manjacaze] moro com minha avó e minha irmã pequena. Eu trabalho para a minha tia, mas não é minha familiar. Conheci ela através de um dos meus amigos que veio trabalhar cá em Maputo muito antes [...], depois me fizeram o convite de vir trabalhar também, e aceitei. O meu pai depois de trabalhar nas minas em África do Sul, voltou para Gaza e faleceu. E [...]. Na minha casa quem

estudou até ao mais alto nível sou eu, estudei até 7ª classe (Sujeito L, Março/2022).

Eu moro com a minha tia e o seu marido, e os seus filhos. A casa dos meus pais está na Zambézia. Depois da morte dos meus pais, eu fui morar em casa do meu avô. Eu comecei a vender quando eu fui viver com o meu avô, por causa da morte dos meus pais. Comecei a vender primeiro produtos do meu tio que reside num dos bairros da Província da Zambézia, (Sujeito M, Março/2022).

Meu tio me chamou para vir aqui em maputo para le ajudar aqui na banca dele, eu passei para 8ª classe, a escola secundaria ficava muito longe de casa e não tinha dinheiro de chapa. (Sujeito F, Março/2022).

Rosc (2015) citando Instituto Nacional de Estatísticas, INE (2008), diz que os dados do inquérito de indicador múltiplo mostram que a percentagem de crianças que trabalham em Moçambique é superior nas áreas rurais com (25%), que nas zonas urbanas que conta com (15%), e uma em cada cinco crianças com idades compreendidas entre 5 e 11 anos corresponde a (21%), e uma em cada quatro crianças entre os 12 e 14 anos correspondendo (27%), estão envolvidas no trabalho infantil.

Por seu turno, Vasconcelos, (2013) citando Mendes, (2006), realça que, a relação dos alunos com a escola depende do seu contexto socioeconómico de vivência e das suas experiências pessoais. Assim, a integração é o grau de ligação dos alunos à escola, que em geral é tanto menor quanto mais baixa for a escolarização dos pais

Santos (2010) citando Benavente *et all* (1994), afirma que apesar da existência de causas múltiplas não se deve desviar atenção daquela que frequentemente é apontada como sendo uma das principais razões que levam os alunos a abandonarem a escola, foram por ela, antecipadamente, abandonados. A autora destaca as periferias urbanas e as zonas rurais como as mais atingidas pelo abandono escolar. No mesmo estudo, adiantam-se os filhos de trabalhadores agrícolas, de operários e de artesãos, os filhos de emigrantes e os pertencentes a minorias étnicas como aqueles que mais frequentemente abandonam a escolaridade obrigatória.

No que concerne as implicações do trabalho infantil na educação das crianças que vendem no mercado Xiquelene, o pesquisador encontrou que, alguns dos entrevistados abandonaram a escola por causa de alguns problemas sociais, e de algumas responsabilidades que lhes foram incumbidas, que até um certo ponto contribuíram para o aumento da falta de interesse pela escola e deram início a actividades laborais. Seguindo o mesmo diapasão, Lourenço (2013), afirma que o abandono escolar pode ser motivado por causas de integração e relacionais, familiares e de acessibilidade. No entanto, nas causas familiares há uma probabilidade enorme da inserção do aluno no mercado de trabalho, no sentido de ganhar dinheiro para ajudar a economia familiar ou para o seu próprio sustento, conforme testemunhou-se nos relatos anteriormente descritos.

As crianças que trabalham têm como consequência a aquisição de danos físicos cujas sequelas ficam pelo resto da vida ao inalar produtos tóxicos, executarem trabalhos perigosos que colocam em risco a sua integridade, e exercerem funções que ultrapassam o limite das suas forças, o que, prejudica profundamente o seu desenvolvimento intelectual e psíquico. Portanto, a maior parte das crianças abandonam a escola por falta de tempo, condição mental e física para trabalhar e estudar ao mesmo tempo sem contar que muitas delas passam a ser chefes de família já que seus pais encontram-se desempregados (Pederneiras, 2004).

Todavia, a maioria dos pais/encarregados entrevistados via as actividades económicas que os seus filhos desempenhavam de um modo positivo, e como uma actividade “boa” para o desenvolvimento sociocultural da criança. Para eles as actividades económicas das crianças significavam ajuda aos pais, fonte de rendimento, forma de crescimento, responsabilidade social e sobretudo um instrumento de aprendizagem, como demonstram os seguintes depoimentos:

Considero uma coisa boa mandar o meu filho ir vender, porque às vezes querem isso, aquilo e não costumo ter sempre dinheiro para fazer tudo que ele quer por isso, digo para ele ajudar quando ele não tiver nada para fazer [...]. Mas, ele tem tempo para ir para escola e fazer actividades escolares. (Pai do sujeito D, Abril/2022).

Muitas crianças que têm tudo que querem sem se esforçar viram marginais...! Por isso eu mando a ele vender para poder ocupa ló de maus pensamentos, e amizades não boas. Entretanto, costumo vigiar, também, o percurso escolar

dele. Faz TPC com frequência e tem tido boas notas (Mãe do sujeito J, Abril/2022).

Faz esse trabalho para nos ajudar nas despesas de casa e também para apreender o que é a vida Essas meninas de agora começam a namorar muito cedo, por isso a mantenho aqui perto de mim. Mas também vai a escola (Mãe do sujeito O, Abril/2022).

Essa criança como é órfão de pai e mãe, corre o risco de ser marginal [...]. O que ele vende é muito bom para ele, porque, com o pouco dinheiro que ganha, consigo comprar roupa para ele, e material de escola, e aqui em Moçambique sabes como funcionam as coisas. (Tia do sujeito H, Abril/2022).

Sublinhando, a Rosc (2015) citando OIT (2002), afirma que, a participação de crianças ou adolescentes em trabalhos que não prejudicam a sua saúde e o seu desenvolvimento pessoal nem comprometem a sua educação, é geralmente considerada uma experiência positiva. É o caso das tarefas domésticas e familiares não prejudiciais, do trabalho executado para ajudar num negócio de família ou das actividades exercidas fora do horário escolar e durante as férias para ganhar algum dinheiro.

Contudo, Pederneiras, (2004) destaca a consciencialização destas crianças e, principalmente os seus progenitores, no sentido de se dar ênfase que a escola é importante para o seu crescimento intelectual e físico, e talvez a população menos favorecida possa ter um crescimento social, uma vez que estarão estudando e aprendendo, podendo então trabalhar, quando adultos de maneira digna e saudável.

Os dados dos depoimentos efectuados pelas crianças, alguns demonstram que a sua maioria costumava realizar actividades como ir para machamba com os pais, vender com os tios ou irmãos, possivelmente no sentido de um aprendiz, ganhar experiência da vida, ocupar-se de forma produtiva, ou mesmo adquirir competências em certas profissões, o que realmente é um bom sinal no processo de integração das crianças na vida adulta.

Portanto, este tipo de trabalho poderá permite-lhes adquirir competências, hábitos e experiência, ajudando-as a prepararem-se para se tornarem membros úteis e produtivos da sociedade quando atingirem a idade adulta. Diferentemente da realização de trabalho considerado “trabalho infantil”, que consiste em actividades susceptíveis de, prejudicar a saúde e o desenvolvimento mental, físico, social ou moral das crianças. Neste caso,

comprometendo a sua educação, privando-as da oportunidade de frequentar a escola, conseqüentemente a abandonar de forma prematura a escola, ou obrigando-as a tentar conjugar os estudos com uma carga de trabalho excessiva (ROSC, 2015, citando OIT, 2002).

As crianças que vendem naquele mercado, contrariamente das suposições que alguns teóricos ou investigadores, assim como o cientista deste trabalho antes da colecta de dados, acerca do perfil académico, apresentam notas categorizadas num nível suficiente e bom, segundo os seus depoimentos. Apesar de a maioria delas ter afirmado que, infelizmente, devido ao cansaço depois das vendas não têm tido muito tempo para realizar os trabalhos para casa recomendados pelos professores.

O TPC, costumo fazer, as vezes, nem sempre faço. Minha irmã é que ajuda a fazer o TPC. costumo tirar matemática 15, c. naturais 17, c. sociais 12 (Sujeito I, Março/2022).

Não tenho tempo para fazer o TPC porque volto para casa e tenho que lavar pratos, varrer dentro e cozinhar. Mas mesmo assim na escola, tiro nota 12, 11, as vezes 15 (Sujeito N, Março/2022).

Meu tio que vive em laulane costuma me ajudar a fazer os exercícios, e tiro boas notas, e vou passar (Sujeito O, Março/2022).

Faço o TPC. Quem me ajuda? Sim quem me ajuda [...] eu faço sozinha sem ajuda de ninguém porque eu sei, o que eu não sei deixo para escola. Nas notas sou bom. Nas provas tiro notas boas, na matemática, eu gosto de matemática, tiro nota como 14, 16. Nas outras disciplinas também sou bom. Tiro boas notas (Sujeito J, Março/2022).

A OIT (2001), a respeito da abordagem em questão, aponta que, a criança ao ser inserida no mundo do trabalho é impedida de viver a infância e a adolescência sem ter assegurado seus direitos de brincar e de estudar. Portanto, isso poderá dificultar muito a vivência de experiências fundamentais para seu desenvolvimento e compromete seu bom desempenho escolar – condição cada vez mais necessária para a transformação dos indivíduos em cidadãos capazes de intervir na sociedade de forma crítica, responsável e produtiva. Entre as crianças que trabalham há maior repetência e abandono da escola.

O que não pode ser comprovado, segundo os depoimentos dados pelos sujeitos a I, N, O. pese embora, torna-se evidente que, não queiram sustentar a ideia de que as crianças devem estar inseridas no trabalho infantil. Porque, olhando na perspectiva dos relatos desses sujeitos poderá-se, perceber que os mesmos têm tido dificuldades para a realização de trabalhos que os seus professores recomendam para casa, o que, directa ou indirectamente influencia nos seus processos de aprendizagem.

5.3. Consequências de trabalho infantil

Relativamente às consequências de trabalho infantil, a OIT (2001) refere que, este interfere directamente no desenvolvimento das crianças nas seguintes subdivisões:

- Físicas – porque ficam expostas a riscos de lesões, deformidades físicas e doenças, muitas vezes superiores às possibilidades de defesa de seus corpos;
- Emocionais – podem apresentar, ao longo de suas vidas, dificuldades para estabelecer vínculos afectivos em razão das condições de exploração a que estiveram expostas e dos maus-tratos que receberam de patrões e empregadores;
- Sociais - antes mesmo de atingir a idade adulta realizam trabalho que requer maturidade de adulto, afastando-as do convívio social com pessoas de sua idade.

Detalhadamente, a OIT (2001), queria transmitir que, ao mesmo tempo, a criança ao ser inserida no mundo do trabalho é impedida de viver a infância e a adolescência não são assegurados seus direitos de brincar e de estudar. Portanto, isso poderá dificultar muito a vivência de experiências fundamentais para seu desenvolvimento e compromete seu bom desempenho escolar – condição cada vez mais necessária para a transformação dos indivíduos em cidadãos capazes de intervir na sociedade de forma crítica, responsável e produtiva. Entre as crianças que trabalham há maior repetência e abandono da escola (OIT, 2001).

Conceição (2016), citando Gomes e Da Silva (2011), diz que, alguns estudos demonstram que o trabalho infantil prejudica o desenvolvimento físico, psicológico, intelectual, social e moral da criança independentemente da forma e condições em que são exercidas. Continuando, este autor adiciona que, para esses estudos, o trabalho infantil assume um

carácter prejudicial para a vida da criança na medida que contribui na desistência escolar e ao mesmo tempo priva as crianças de viver dignamente a sua infância.

O trabalho infantil tem efeitos a curto e a longo prazo, no sentido que pode condicionar o abandono da escola assim como a incapacidade de construir uma vida futura. No que concerne a curto prazo, o trabalho infantil traz benefício para a formação individual e social da criança pois, para além de ensinar o ofício do trabalho este ainda pode ajudar com as despesas da família (UNICEF, 2011/2014 citado por Conceição, 2016).

O trabalho considerado “trabalho infantil”, consiste em actividades susceptíveis de prejudicar a saúde e o desenvolvimento mental, físico, social ou moral das crianças. O trabalho infantil pode comprometer a educação das crianças, privando-as da oportunidade de frequentar a escola, obrigando-as a abandonar prematuramente a escola, ou obrigando-as a tentar conjugar os estudos com uma carga de trabalho excessiva. Nas formas mais extremas de trabalho infantil, as crianças são sujeitas à escravatura, separadas das suas famílias, expostas a perigos e doenças graves e ou abandonadas, muitas vezes quando ainda são muito novas (ROSC, 2015).

Em relação às consequências de trabalho infantil, conclui-se que, as investigações efectuadas por vários cientistas a respeito são congruentes ao afirmar que, os danos de trabalho infantil distinguem-se nas vertentes psicossociais. E, consequentemente poderão atingir a vertente escolar, onde as vítimas chegam a até ao extremo, à desistência escolar.

5.3. Consequências do abandono escolar

Segundo Furtado (2007), as consequências que este fenómeno provoca nos mais variados domínios, são:

- Física - os alunos possuem um auto conceito depreciativo, pois, acham-se feios e sem jeitos; sentimentos de estigmatização (Auto – desvalorização);
- Emocionais – os alunos revelam problemas de comportamentos, sentimentos de incompetência, danos de personalidade e de identidade, bem como a ausência de construção de sonhos e projectos;
- Sociais – por um lado, os alunos acham-se maus e revelam dificuldades de integração social. Ainda, no domínio social, o abandono escolar arrasta consigo consequências que se correlacionam com o uso de drogas e álcool, com doenças sexualmente transmissíveis, com início precoce da vida sexual, baixa auto-estima e auto-eficácia,

com probabilidade maior de depressão, stress, estilo explicativo pessimista, baixo desempenho académico e baixas habilidades sociais e futuro comportamento anti-sociais (mentir, roubar, agredir). Por outro lado, essas crianças que abandonam as escolas, muitas delas, na idade adulta, não são bem acolhidas em instituições.

- Educativo - o abandono escolar é um fenómeno que causa prejuízos no campo educativo, uma vez que as crianças que não concluem a escolaridade mínima, vão engrossar a lista de analfabetismo e vão diminuir a lista dos que concluem a escolaridade mínima, contribuindo, deste modo, para o insucesso escolar.

Relativamente ao contexto moçambicano, Januário (2016) aponta que, as consequências do abandono escolar são caracterizadas por prejudicar a produtividade da nação e representam um desperdício no sector de Educação. No Ministério de Educação em Moçambique, um dos atrasos que ocorre para o desenvolvimento dos conhecimentos dos jovens, futuros agentes de produção, assenta-se no abandono escolar uma situação muito delicada comparativamente aos jovens das outras regiões Africanas. Tratando-se assim de um problema económico, social e humano, existem estudos e reflexões sobre as desigualdades sociais e o papel da educação na sua reprodução ou superação que sublinham o fraco nível de escolaridade e de saber de muitos cidadãos.

Os jovens que abandonam precocemente a escola, vivem um fenómeno de desclassificação social, não são alunos nem trabalhadores, não são crianças nem são adultos; as instituições não se responsabilizam pela sua formação mas eles ainda não podem responsabilizar-se pela sua própria vida e, conseqüentemente, criam um entrave no desenvolvimento da sociedade, o aumento da delinquência juvenil (Januário, 2016). Assim, poderá se denotar nesses jovens, a falta de oportunidade de emprego, desestruturação das famílias, trabalho de risco muitas vezes não digno, aumento da prostituição juvenil, o elevado número de pessoas afectadas com o HIV-SIDA, o aumento da pobreza e salários que não satisfazem as necessidades básicas (Januário, 2016).

6. Resultados do Plano de Intervenção

Depois de identificado e estudada a questão social do trabalho infantil e o abandono escolar, importa ao assistente social intervir sobre ele através de vários modelos de intervenção e ferramentas profissionais que lhe possibilitam modificar de forma positiva a problemática em causa. Nesta fase do trabalho, far-se-á a descrição dos resultados obtidos na intervenção num número representativo de 6 crianças e seus respectivos encarregados.

O plano de intervenção teve como resultados alguns casos de sucesso mas também alguns de insucesso, visto que a questão social em estudo não resulta somente de um problema conjuntural mas sim estrutural, ou seja, o trabalho infantil parte de um todo sistema de base que abrange a família das crianças com baixo poder económico, os costumes e hábitos do meio em que as mesmas estão inseridas, criando assim o aumento de casos. A intervenção do pesquisador teve, igualmente, desafios e limitações financeiros (transporte, material didáctico, lanche, etc), para o acompanhamento de todos casos identificados, entretanto, todos foram encaminhados para o seu seguimento aos Serviços Distritais do Género, Criança e Acção Social dos bairros em que vivem as crianças.

Para que os objectivos do nosso plano de intervenção fossem respondidos, usamos como método o modelo de intervenção em rede, visto que este aborda a questão social que afecta o nosso grupo alvo em todas as dimensões da sua vida, desde familiares, sociais e culturais. Conforme sustenta Brodeur (1984) citado por Guadalupe (2016), a intervenção em rede tem características que não dizem respeito a um indivíduo nem a uma família, mas sim a todo um sistema social composto de redes sociais em relação umas com as outras.

O objectivo geral da intervenção em rede é fazer com que a rede primária (famílias, vizinhos e amigos), se consciencialize da sua dimensão colectiva (colectivização) e que ganhem consciência de reconhecer e solucionar os seus problemas (autonomia).

Casos: *O sujeito L*, é uma criança proveniente da província de gaza, vivia com a tia, sua prima e marido da sua tia no bairro de minguene, comercializa produtos no mercado de xiquelene, não estava matriculada em nenhuma escola. Após a realização da intervenção indirecta junto da família, que de acordo com Núncio (2010), são todas as acções que são feitas pelo trabalhador social sem a presença do utente. Essas acções consistiram em consciencializar a família da utente (criança) sobre os riscos do trabalho infantil e do abandono escolar, de seguida usamos a intervenção directa que segundo Núncio (2010), é aquela em que ocorrem no quadro da relação presencial entre o sistema-interventor

(assistente social) e sistema cliente (a criança), a acção consistiu em recuperar psicologicamente a criança, motivar a mesma a voltar para escola, dando exemplos das vantagens de uma formação académica. Seguiu-se acompanhando o caso e, posteriormente, constatou-se que a mesma parou de vender e a família garantiu que próximo ano voltará a escola.

O *sujeito E*, estava integrado no sistema de ensino, porém, quando mudou para outra escola que ficava distante da sua casa decidiu parar porque a família não tinha dinheiro de transporte para lhe dar nos dias que ia a escola, assim, o irmão lhe convidou para trabalhar com ele no início deste ano na cidade de Maputo. A intervenção consistiu em sensibilizar o irmão a matricular a criança numa escola para que a mesma pudesse avançar com seus estudos, pois, ao longo da intervenção com a criança, constatou-se que a mesma ainda queria continuar com os estudos.

O *sujeito J*, vive com a mãe e seus irmãos, ela trabalha com a mãe na banca. Ela está integrada no sistema de ensino, efectuamos uma intervenção directa, onde conversamos com a criança no sentido de compreender os sonhos, mostrar a ela quais são os direitos e deveres e lhe motivar a continuar a ir para escola. Por outro lado, fizemos a intervenção indirecta, esta intervenção que foi realizada com a mãe da criança e seus irmãos, esta acção visava conscientizar a família para o respeito dos direitos que a criança tem, e motivar a mesma a investir na educação da criança pois o futuro dela está na escola.

Estas crianças fazem parte do grupo que acredita que as actividades que realizam é uma forma de ajudar na renda da família e não olham esta actividade como trabalho, por este facto aceitavam de bom grado o que os seus encarregados lhes mandavam. Assim sustenta González (2012), quando afirma que nas famílias pobres as crianças são envolvidas nas actividades económicas para aumentar a renda familiar e deste modo ajudar os pais com as despesas familiares.

O *sujeito G*, já não está integrado no sistema escolar porque ficou grávida há dois anos, deixou assim de frequentar a escola para sustentar o seu filho. Neste caso em específico realizou-se a intervenção directa, que consistia na recuperação psicológica da nossa utente, inculcar nela a mentalidade da importância da formação e recordar a ela que é muito nova e ainda tem tempo de voltar a se matricular numa escola.

O *sujeito C*, deixou de frequentar a escola na 5ª classe na província de Inhambane, veio à Maputo a convite do irmão mais velho. Em primeira instância, recorreu-se a intervenção directa, onde constatamos que o nosso utente não quer voltar a frequentar nenhuma escola, pois segundo ele é perda de tempo. Tentamos com exemplos mostrar a ele as desvantagens de um individuo sem formação académica e as vantagens de uma formação académica nos dias actuais. De seguida usamos a intervenção indirecta, esta que envolveu o irmão mais velho, que por sinal é o único familiar. A mesma intervenção teve como objectivo capacitar o irmão das desvantagens de não ter uma formação académica, e aconselhar o mesmo a investir nos estudos do seu irmão.

O *sujeito B*, é órfão de pai e mãe, vive com a tia, deixou de ir a escola quando tinha 10 anos, actualmente tem 15 anos. A nossa intervenção consistiu em directa e indirecta. Na indirecta, constatamos que a tia do nosso utente, quer que o mesmo volte a frequentar a escola, mas segundo ela, as condições financeiras não permitem que o mesmo volte para escola pois a criança ajuda na renda da família, a nossa acção consistiu em capacitar a tia em matérias dos direitos das crianças e com companhia do pesquisador irem a expor o caso aos serviços da acção social do distrito, visto que a mesma enfrentava grandes dificuldades de saúde e económicas, e deveria se recorrer a outra tipologia de intervenção, a intervenção do tipo assistencialista que segundo Nuncio (2010), é aquela que procura atenuar os constrangimentos do meio, aliviando necessidades, limitações e pressões, através do fornecimento de recursos e serviços, num processo que parte do exterior (meio) para o interior (utente). A intervenção directa, esta teve por objectivo recuperar psicologicamente a criança, visto que a mesma estava conformada com o facto ser provedor na sua família, e mostrar que o mesmo tem muito mais a dar se passar de uma formação académica.

Os sujeitos, mesmo com a nossa intervenção dizem que não vêem outra forma de ganhar dinheiro, se voltarem para a escola não terão tempo de ir trabalhar pois saem de casa de manhã e só voltam a noite. Entretanto, os mesmos dizem que talvez no próximo ano se as condições melhorarem irão se inscrever numa das instituições de ensino. Neste grupo constatamos que os sujeitos tomam o trabalho que desenvolvem como um meio de subsistência e a escola é posta em segundo plano.

Conclusão

A presente monografia, surge no âmbito do curso de Licenciatura em Serviço Social, ministrado pela Universidade Eduardo Mondlane, e tinha como objectivo, analisar a relação entre o trabalho infantil e o abandono escolar das crianças que vendem no mercado Xiquelene, na cidade de Maputo. De ressaltar que, para a operacionalização deste estudo, o autor recorreu à uma pesquisa de natureza qualitativa, tendo usado como base, as referências bibliográficas para a discussão dos resultados de campo.

Os resultados desta pesquisa demonstraram que, as crianças que vendem no mercado Xiquelene são residentes dos bairros circunvizinhos. E, nesta ordem, constatou-se que, a maior parte dos menores que se encontram em situação de abandono escolar corresponde às crianças provenientes de províncias fora de Maputo. Concernente às causas de abandono escolar, os relatos dos seus pais/encarregados apontam para, problemas de natureza socioeconómica, nomeadamente, falta de escolas nas comunidades onde algumas crianças viviam, com destaque, para aquelas que tivessem transitado do ensino primário para o secundário, a inserção precoce em actividades como a pastagem e agricultura, devido a precariedade familiar, e a contracção de gravidez prematuramente. Pese embora, boa parte dos entrevistados tenham demonstrado o interesse em reinserir as crianças no processo de ensino e aprendizagem.

Relativamente ao perfil socioeconómico dos familiares que integram as crianças que vendem no mercado Xiquelene, os resultados desta pesquisa revelam que, quase todos menores residem em casas onde a renda é média baixa, e pouco número, ilustrou que, alguns estão no nível baixo. Tornou-se possível, também, perceber que, essas crianças estão integradas em famílias que, os seus parentes directos não apresentam um nível académico satisfatório, sendo, que, certos membros, não tiveram a oportunidade de estar integrados num sistema de ensino formal.

Entretanto, o nível de escolaridade dos progenitores, nem sempre poderá ser interpretada como um factor determinante para o insucesso académico das crianças. Olhando o contexto moçambicano, poder-se-á constatar que muitos académicos conceituados são provenientes de famílias com o nível socioeconómico médio com tendências baixas. Portanto, alguns progenitores, independentemente de qualquer que seja a situação têm incentivado aos seus filhos optarem pela escolarização.

Por último, o presente estudo, procurava explorar a influência do trabalho realizado pelas crianças que vendem o mercado Xiquelene sobre o seu desempenho escolar, onde se constatou, segundo os depoimentos das crianças e dos seus encarregados, que, elas têm conseguido conciliar os estudos e as actividades de venda. Facto, que se pode confirmar, com o perfil das notas dessas crianças, que apesar de não ser muito bom para algumas, é satisfatório, porém, existe outro grupo que evadiu a escola e não pretende voltar porque já tem uma fonte de renda que segundo eles é segura.

Sugestões:

- Adopção de leis mais severas para punição de indivíduos que violam os direitos das crianças;
- Maior envolvimento dos Assistentes Sociais na elaboração e implementação de políticas sociais;
- Aos pais e encarregados das crianças para não optarem por inserir os menores no mercado de trabalho precocemente;
- Às instituições de ensino e aprendizagem para diagnosticar alunos em situação de trabalho infantil, e, posteriormente prestar um acompanhamento especial;
- Às instituições, tanto governamentais, como privadas, que trabalham no âmbito dos serviços sociais para detectar e reinserir crianças que se encontram em situação de abandono escolar;
- Ao estado para envidar esforços no sentido de mitigar a situação de trabalho infantil.

Referências Bibliográficas.

Almeida, H. (2016). *O trabalho artístico no Brasil*. Monografia, Universidade Federal de Maranhão, São Luis.

Anuto, T. (2013). *Evasão Escolar no ensino médio: possíveis inferências para mudar esse cenário*. Mografia de especialização, Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Araújo, Ronaldo & Filho, Raimundo (2017). *Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: factores, causas e possíveis consequências*. Porto Alegre.

Barbosa, K. (2013). *O trabalho na concepção de Marx*. Curitiba.

Baldisera, A. (2001). Pesquisa-acção: *uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo*. Revista Sociedade em Debate.

Benavente, A. etal.(1994). *Renunciar à escola: o abandono escolar no ensino básico*. Lisboa: Editora Fim de Século.

Cabral, C. (2015). *Evasão Escolar: O que a escola tem a ver com isso?*. Santa Catarina

Conceição, V. (2016). *Representações Sociais das Crianças sobre o Trabalho Infantil na Cidade de Maputo*. Monografia, Universidade Eduardo Mondlane.

Conde, S. (2007). *Quando o trabalho infantil se torna uma geranidade social*. Universidade Federal de Santa Catarina.

Cunha, P. (2016), *O Trabalho infantil e a exploração de crianças e adolescentes no meio artístico*. Santa Cruz do Sul.

Creswell, J. (2010). *Projecto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3.ed. Porto Alegre: Artmed

Da Luz, R. (2008). *Trabalho Alienado em Marx: A base do capitalismo*. Dissertação de Mestrado, Pontifica Unversidade Catolica do Rio Grande do Sul, Porto alegre.

Donário, A. A & Dos Santos, R. B (2016). *A Teoria de Karl Marx*. Universidade Autónoma de Lisboa.

Furtado, A. (2007). *Abandono escolar no Pólo nº 1 da Vila de Calheta de São Miguel*. Disponível em www.portaldoconhecimento.gov.

Galvão, E. (2016), *Trabalho infantil e o apartheid na infância: direitos e desigualdades*. Rio de Janeiro.

Gerhardt & Silveira (2009). *Método de pesquisa*. (1ª ed).UFRGS editora. Rio grande do Sul.

Gil, A. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisas sociais*. (6ª ed). Atlas editora. São Paulo.

Gonzales, M. (2012). *Pobreza, Dinâmica familiar e Oportunidades” uma perspectiva evolutiva*. Ciesas, México.

Guadalupe, S. (2016). *Serviço Social, Sistémica e Redes de Suporte Social*. (2ªed). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Guerra, E. (2014). *Manual de pesquisa qualitativa*. Disponível em: disciplinas.nucleoad.com.br >acessado a 24 de Novembro de 2021

INE (2008). *Inquérito de Indicadores Múltiplos 2008*. Instituto Nacional de Estatística. Maputo.

Januário, T. (2016). *Causa de abandono Escolar no Instituto Industrial e Comercial Joaquim Marra de Chimoio*. Dissertação, Universidade Católica de Moçambique a Faculdade de Engenharia em Chimoio.

José, A. Mungói, C. Caixote, C. Dos Santos, C. M. L. Adalima, J. Pota, P. ...Miguel, L. (2016). *Estudo qualitativo e sobre o fenómeno do trabalho infantil e seu impacto*. Disponível em [www.mitess.gov.mz/.../Relatório% 20 Final 20 Estudo% 20...](http://www.mitess.gov.mz/.../Relatório%20Final%20Estudo%20...) acessado a 28 de Novembro de 2021.

Kosik, K. (1995). *Dialéctica do concreto*. (2ªed). Tradução Celia Neves e Alderico Toribo. Rio de Janeiro.

Lei do Trabalho nº 23/2007, de 20 de Julho.

Lima, & Cunha (2013). *Os clássicos da “literatura” sociológica infantil: as crianças e a infância de acordo com Marx*. São Paulo, Brasil.

Lima, S. (2014). *Evasão escolar: Buscando Entender suas Causas e efeitos*. Paraná. Vol 1

Lombardi, J. (2010). *Trabalho e Educação Infantil em Marx Engels*. São Paulo.

- Lourenço, A. (2013). *Motivações na origem do abandono escolar-estudo de caso com jovens sinalizados na CPCJ de castelo branco*. Dissertação de mestrado. Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco.
- Machado, E. (2016). *Trabalho da criança e do adolescente diante do principio da protecção integral Monografia*, Universitário Univates. Lajeado.
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M.(2003). *Fundamentos de Metodologia Científica*. (5ª ed). São Paulo: Atlas Editora.
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M.(1992). *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo:Atlas Editora.
- Mark, K. (1980). *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Marx, K. (1867). *O Capital* - Editora Nova Cultural – Vol. III, Capítulo XV
- Martins, José (1997). *Exclusão Social e a nova desigualdade*. (3ªed). São Paulo.
- Mucopela, V. (2016). *Abandono escolar em Moçambique: políticas educativas, cultura local e práticas escolares*. Tese de doutorado. Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais, Administração e Educação, Lisboa.
- Neves, M. (2012). *Factores do abandono escolar precoce e motivações para o regresso em educação de adulto*. Tese, Instituto Superior de Línguas e Administração. Vila Nova de Gaia.
- Nogueira, M. (1993). *Educação, saber, produção em Marx e Engels*. São Paulo.
- Núncio, M. (2010). *Introdução ao Serviço Social: História, Teoria e Métodos*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- OIT. (2001). *Combatendo o trabalho infantil: Guia para educadores*. (1ª ed). Brasília.
- OIT (2002). Eliminar as Piores Formas de Trabalho Infantil: *Guia Prático da Convenção nº 182*. Manual Para Parlamentares.
- OIT. (2010). *Departamento de Actividades para os Empregadores: Organização Internacional dos Empregadores*.(1ª ed). Genebra.

OTI. (2012). *Estudos sobre a aplicação das convenções n.º 138 e 182 da OIT, suas recomendações na legislação nacional dos países da CPLP- Programa internacional para a eliminação do trabalho infantil (IPEC)*, Moçambique

Oliva, J. (2006). *O princípio da protecção integral e o trabalho da criança e do adolescente no Brasil*. São Paulo.

Pederneiras, M. (2004). *O trabalho infantil como causa da evasão escolar*. Monografia, Universidade do Vale do Itajaí.

Pereira, R (2002), *As principais causas da evasão escolar: Uma análise com estudantes do 6º ano no Ensino Fundamental da rede pública de ensino*. Brasília

Plano de Acção Nacional para o Combate às Piores Formas do Trabalho Infantil Em Moçambique (2017-2022)

Purkayastha, D. (1998), “*Child Labour, Human Capital, and the role of Parental Power in poor Households*”, Journal of Economic Development.

ROSC. (2015). *Protecção da criança contra trabalho infantil*. Disponível em www.rosoc.org.mz/index.../285-Policy-brief-trabalho-infantil2015 acessado a 28 de Julho de 2021

Santos, S. (2010). *Um Olhar Sobre Abandono Escolar no Concelho da Trofa*. Disponível em: www.educacion.udc.es > congre ... acessado a 24 de Março de 2022

Silva, A. (2014). *Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção*.(Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da .7.Universidade Fernando Pessoa). Disponível em: <https://www.google.com/search?q=um+olhar+sobre+o+abandono+escolar+Ana+rita+link&client=ms>

Silva, Addressa Hennig & FOSSA, Maria Ivete-trevison (2013). *Análise de conteúdo exemplo da aplicação da técnica, para a análise de dados qualitativos*, ENEPQ, Brasília.

Silva, A. (2020). *Evasão Escolar: Causas e Estratégia para enfrentamento*. Minas Gerais

Thiollent, M. (1997). *Pesquisa-Acção nas Organizações*. São Paulo.

UNICEF (2014). *Situação das Crianças em Moçambique 2014*. Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Maputo.

UNICEF.(2020).*Os impactos da COVID-19 nas crianças em Moçambique*. Maputo.

UNICEF.(2021). A Situação das Crianças em Moçambique 2021 Resumo do Relatório.

Vasconcelos, M. (2013). *Abandono e Absentismo Escolar no Concelho de Ponta Delgada*. Dissertação de mestrado, Universidade Fernando Pessoa, Porto.

Veronese, J. (2016). *A protecção integral de criança e adolescente no direito Brasileiro*. Brasília.